

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

POLÍTICA SOCIAL, FAMÍLIAS E TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS: A REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE DE CLASSE, GÊNERO E ÉTNICO-RACIAL NOS SERVIÇOS PÚBLICOS.

Cilene Sebastiana da Conceição Braga, Universidade Federal do Pará; Doutora;

cilene@ufpa.br - Coordenadora

Solange Maria Teixeira, Universidade Federal do Piauí; Doutora; solangeufpi@gmail.com

Maria Jacinta Carneiro Jovino da Silva, Universidade Federal do Maranhã; Doutora;

jovino.maria@ufpi.br

Lorena Alves da Silva, Tribunal de Justiça do Maranhã; Mestre;

lorenalvesilva@yahoo.com.br

RESUMO

As famílias têm sido nos últimos anos problematizadas na sua capacidade de cuidados e assistência nos estudos acadêmicos, enquanto as políticas sociais procuram potencializar estas funções protetivas, mesmo considerando as alterações nas dinâmicas familiares e no mercado de trabalho, tais como: o aumento de famílias chefiadas por mulheres; a diminuição do número de famílias compostas por pai, mãe e filhos; a diminuição do número de nascimentos; aumento da população idosa, especialmente, dos que precisam de cuidados de longa permanência; a entrada da mulher de forma mais intensa no mundo do trabalho; grande número de mulheres negras em condições precarizadas de trabalho e sua sobrecarga de atividades, tanto no espaço público como no privado; ampliação da pobreza e dos trabalhos precários, entre outras. No âmbito da Política Social, com o neoliberalismo e suas contrarreformas, as ações públicas na oferta de serviços sociais diminuem, restringindo o público-alvo, cada vez mais focalizado, mas com baixa adesão na compreensão dos imbricamentos das desigualdades sociais, de gênero e racial, utilizando termos genéricos de vulneráveis sem adentrar nas raízes dos processos que os determinam. A proposta para a Mesa Temática Coordenada tem como objetivo apresentar como a reprodução social do conservadorismo nas relações familiares se materializa na Políticas Sociais, no desenvolvimento do trabalho com famílias e nas Instituições Públicas. Analisa a desigualdade no âmbito familiar tendo como elementos: a questão as interseccionalidades de classe, gênero, étnico-racial e divisão sexual do trabalho.

Palavras-chave: Famílias. Políticas Sociais e desigualdades. Trabalho social com famílias.

ABSTRACT

Families have been problematized in recent years regarding their capacity for care and assistance in academic studies, while social policies seek to enhance these protective functions, even considering changes in family dynamics and the labor market, such as the increase in female-headed households, the decrease in the number of traditional nuclear families (father, mother, and children), the decline in birth rates, the increase in the elderly population, especially those in need of long-term care, the intensified entry of women into the labor market, a large number of black women in precarious working conditions and their burden of activities in both the public and private spheres, the widening of poverty and precarious jobs, among others. Within the realm of Social Policy, with neoliberalism and its counter-reforms, public actions in the provision of social services have decreased, narrowing down the target population, but with low comprehension of the interconnections between social, gender, and racial

PROMOÇÃO



APOIO





inequalities. Terms like "vulnerable" are used generically, without delving into the roots of the processes that determine them. The proposal for the Coordinated Thematic Panel aims to present how the social reproduction of conservatism in family relations materializes in Social Policies, the development of work with families, and Public Institutions. It analyzes inequality within the family framework, considering the intersectionality of class, gender, ethnic-racial factors, and the sexual division of labor.

Keywords: Families, Social Policies. Inequalities. Social work with families.

NOTAS SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AÇÕES VOLTADAS PARA FAMÍLIAS

Cilene Sebastiana da Conceição Braga¹
Gessyca Anne da Silva Baracho²

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar as ações viabilizadas pela política nacional de assistência social direcionada a famílias desde o governo FHC. O método de análise utilizado tem como fundamento o materialismo histórico-dialético. Os procedimentos para a coleta de dados foram: documentos relativos à Política Nacional de Assistência Social dos governos FHC e Lula e os Programas Brasil Carinhoso e Criança Feliz, criados durante a gestão dos governos Dilma e Bolsonaro. Os resultados mostram que se reafirmaram padrões familiares vinculados ao patriarcado, onde as mulheres são responsabilizadas pelas condicionalidades e cuidados. Não existe nenhuma relação que trate de particulares relacionadas às demandas relacionadas ao gênero e à questão étnico-racial.

Palavras-chave: Política Nacional de Assistência Social. Famílias. Patriarcado.

ABSTRACT

This work aims to analyze the actions made possible by the national policy of social assistance directed to families since the FHC government. The method of analysis used is based on historical-dialectical materialism. The procedures for data collection were: the National Social Assistance Policy of the FHC and Lula governments and the Brasil Carinhoso and Criança Feliz programs, created during the administration of Dilma and Bolsonaro. The results show that family patterns linked to patriarchy have been reaffirmed, where women are held responsible for conditionalities and care. There is no relationship that deals with particulars related to demands related to gender and the ethnic-racial issue.

¹ Universidade Federal do Pará-UFGPA; Pós-doutorado em Política Social pelo Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE/Portugal e Professora da graduação e pós-graduação da faculdade de Serviço Social da UFGPA; e-mail: cilene@ufpa;

² Universidade Federal do Pará-UFGPA; Doutora em Serviço Social em Serviço Social pelo programa de pós-graduação-PPGSS da UFGPA; e-mail: barachogessyca@gmail.com

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Keywords: National policy of Social Assistance. Families. Patriarchy.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar algumas reflexões acerca de como a família é mencionada nos documentos relativos às ações na área da assistência social durante o período de 1995 a 2023. A necessidade de realizar essa investigação ocorre em função da família ser alvo de diversas ações relacionadas às políticas sociais nos últimos 20 anos.

Nesse sentido, nossa preocupação está centrada na forma como a família é definida, como a responsabilização pelas condicionalidades é posta, se existe um reforço à relação do patriarcado, no qual a mulher é vista como cuidadora e responsável pelas tarefas domésticas e o homem provedor; além disso, se as dimensões de gênero e étnico-racial mostram-se como questões importantes de serem também avaliadas e levadas em consideração no contexto dos atendimentos na política de assistência social.

A metodologia utilizada para análise baseou-se no materialismo histórico-dialético. A importância dessa linha de análise ocorre porque partimos do pressuposto que ela dá conta de analisar questões relativas à luta de classes e às crises permanentes estruturais do capitalismo e seus impactos junto à classe trabalhadora. Para a coleta de dados, utilizamos a pesquisa documental. Os documentos selecionados para análise foram: Política Nacional de Assistência Social dos governos FHC e Lula e as diretrizes do Programa Brasil Carinhoso, proposto na gestão do governo de Dilma Rousseff, e do Programa Criança Feliz, do governo Bolsonaro.

O presente trabalho está estruturado da seguinte maneira. No primeiro momento apresentamos a introdução, na qual destacamos os objetivos e caminhos assumidos na pesquisa; no segundo momento discorreremos sobre as abordagens de família no campo da Sociologia e do Serviço Social; no terceiro momento

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



apresentaremos as análises das referidas Políticas e Programas; e, por último, as considerações finais.

2 FAMÍLIA EM QUESTÃO NA CONTEMPORANEIDADE

Analisar a família é um caminho complexo frente à vasta literatura acerca de seu conceito. Discutida em várias áreas, é um campo de indagações marcado por buscas de respostas a várias questões dentro de áreas como psicologia, sociologia, política, entre outras, que chamam atenção na contemporaneidade.

Anderson (2012) enfatiza que diversos estudos de família têm sido resumidos por uma diversidade de números, estatísticas e funções. Analisar a família, frente à vasta definição apresentada por diversos autores e estudiosos, requer discutir casamento, gênero, classe, patriarcado, subordinação, afetividade, raça em uma gama de diversas realidades. Então, família implica temática plural e heterogênea por obter vários significados, dependendo da realidade social, cultural e econômica onde está situada.

Saraceno e Naldini (2003, p. 21), autoras italianas, afirmam que o lugar da família é o lugar onde são constituídas relações sexuais, de reprodução geracional e de diferenças sexuais. A família é definitivamente também o espaço histórico e simbólico no qual, e a partir do qual, se desenvolve a divisão do trabalho, dos espaços, das competências, dos valores, dos destinos pessoais de homens e mulheres, ainda que isso assuma formas diversas nas várias sociedades.

Com base na sociologia da família, Saraceno e Naldini (2003) apontam em seus estudos um leque de questões fundamentadas nas relações existentes no interior das famílias. As autoras não fundamentam suas análises nem na matriz teórica marxiana e nem na matriz teórica de gênero. Seus estudos partem de análise cultural das formas de organização de “tipos” familiares.

Therborn (2006) analisa a família como uma instituição muito antiga e uma das mais disseminadas no mundo. Saraceno e Naldini (2003) também dão ênfase a esta

PROMOÇÃO



APOIO





questão. Além disso, ambos destacam que a família é permeada de direitos e deveres institucionalizados, tanto por instituições religiosas ou por meio de autoridades políticas através de suas legislações. Baseado em dados empíricos, Therborn (2006) levanta informações sobre as principais demandas e perfis de família em todas as partes do mundo.

Os estudiosos acima mencionados são apresentados em vários estudos e fundamentam muitas análises. Em nossa perspectiva apresentam alguns limites teóricos na ausência de críticas mais profundas acerca da lógica do funcionamento do sistema capitalista. Todavia, todos destacam a família nas suas heterogeneidades e diversidades culturais.

Autoras da área do Serviço Social, como Mito (2004, 2010), Carloto e Mariano (2010) e Teixeira (2009), salientam suas preocupações na área de Política Social e Família quando destacam que as políticas desenvolvidas para esse segmento no Brasil acabam reforçando características do patriarcado, como o reforço da responsabilização dada às mulheres no que tange às responsabilidades domésticas e no campo do cuidado com idosos e crianças. Esses elementos associados às tarefas do trabalho assalariado desenvolvido pelas mulheres acabam resultando numa sobrecarga gigante dirigida a elas.

Braga (2013) pontua que analisar a família e o patriarcado, no processo que envolve classe e gênero, é perceber que o patriarcado é um processo fortalecido também no capitalismo e legitimado na produção e reprodução social dos papéis construídos nesse modo de produção, como a reprodução da visão do responsável pela manutenção financeira da casa e pelos cuidados com as tarefas domésticas.

Além desses reforços, destaca-se também no campo da Assistência Social no Brasil várias adversidades, contradições e limitações em função dos interesses presentes no processo de gestão das ações da Assistência Social. A redução orçamentária vivida nos últimos 3 anos, ou melhor, desde o golpe de 2016¹, impactou

¹ A aprovação do Novo Regime Fiscal instituído pela E.C, n.95/2016, impactou na redução de gastos na área da Assistência Social comprometendo a qualidade dos serviços, assim como sua cobertura. (INESC, 2023).

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

na redução de oferta de serviços socioassistenciais voltados para os segmentos de crianças, adolescentes e idosos. Associada a isso, a pandemia impactou de forma expressiva a vida das mulheres, principalmente mães solas, que mergulharam em uma pobreza ainda maior. Antunes (2020) salienta que o trabalho, enquanto elemento fundante das relações sociais consolidadas no modo de produção capitalista, se fortalece através de determinantes como classe, raça e gênero. Essas situações já eram presentes antes da pandemia e foram intensificadas ainda mais, com aumento da pobreza das famílias e da desigualdade social que se destaca no que tange a aspectos que envolvem gênero e questão étnico-racial.

Bentes (2022), ao analisar a pobreza vivida por famílias chefiadas por mulheres em Belém e a pobreza em tempos de pandemia, salienta que as diferenças em termos de desigualdades são mais significativas a partir de uma análise com recorte racial. Ela apresenta dados a partir da PNAD-Contínua de 2022:

[...] as taxas de extrema pobreza e pobreza entre pretos e pardos é o dobro do que entre brancos: 7,4% de pessoas pretas e pardas eram extremamente pobres (brancos representam 3,5%), 31% dos pretos e pardos eram pobres, em relação a 15,1% de brancos. Quando se analisa concomitantemente sexo e cor ou raça, são as mulheres pretas e pardas que representam os maiores índices de pobreza (31,9%) e extrema pobreza (7,5%). (BENTES, 2022, p. 61).

A autora ainda destaca que em 2020 os arranjos domiciliares que possuem uma mulher preta ou parda como responsável, sem cônjuge e com filhos menores de 14 anos de idade, foram os que mais apresentaram incidência de pobreza (17,3% extremamente pobres e 57,9% pobres).

Então existe a necessidade de elaborar políticas sociais que levem em conta particularidades como classe, gênero e questão étnico-racial.

3 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA: análise dos governos FHC, Lula, Dilma e Bolsonaro

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

As orientações normativas que permeiam as ações na Política Social não podem ser vislumbradas isentas de interesses econômicos e políticos presentes em determinado contexto histórico. Esses interesses atravessam as ações governamentais, orientando a construção de determinadas políticas, como a da Assistência Social.

Neste item apresentaremos as análises dos documentos produzidos nos governos FHC, Lula, Dilma e Bolsonaro, que tratam de ações voltadas para os atendimentos às Famílias na área da Assistência Social. Os documentos selecionados para análise foram: Política Nacional de Assistência Social dos governos FHC e Lula e as diretrizes do Programa Brasil Carinhoso, proposto na gestão do governo de Dilma Rousseff, e do Programa Criança Feliz, do governo Bolsonaro.

Os parâmetros utilizados para a construção de ações no campo da Política de Assistência Social junto às famílias são relacionados aos projetos societários que orientam os governos. Nesse sentido, muitas indagações são construídas em torno de estudos nesse campo, entre elas destacam-se: qual é a percepção de família presente nas ações? Será que ainda têm como base a família sem conflito? As ações de Assistência Social levam em consideração a questão da sobrecarga feminina, ou do cuidado? O patriarcado é levado em conta nas diretrizes das ações? Levam em consideração as questões referentes às diferenças de classe, raça e gênero?

No Brasil, as primeiras normativas que regulamentaram a Assistência Social como política pública foram as PNAS de 1998 e 2004. A primeira construída no governo FHC e a outra no governo Lula. A primeira reproduz a linha de pensamento baseada na “ética do trabalho”, definindo como segmento que será atendido, em crianças de zero a cinco anos e em idosos acima de sessenta anos, ou seja, ainda permanece a perspectiva de clivagem do trabalho e que suas ações devem ser dirigidas aos que não têm acesso ao mercado. Reitera-se a necessidade de direcionar as ações a segmentos que estão fora do mercado de trabalho. Essa relação se apresenta quando na PNAS de 1998 é destacado que, além disso, a Política deve

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

atender às necessidades das pessoas em “condições de desvantagem pessoal resultantes de deficiências ou de incapacidades, que limitam ou impedem o indivíduo no desempenho de uma atividade considerada normal para sua idade e sexo, face ao contexto sócio-cultural no qual se insere”, ou seja, a relação direcionada aos incapacitados ao trabalho ainda é reforçada. Outra questão presente é o reforço à visão naturalista da sociedade como definida na perspectiva funcionalista, deve existir uma atividade considerada “normal” para mulheres e homens, assim como compatibilidade para suas idades. Dessa forma, observa-se também o reforço à divisão sexual do trabalho e à naturalização dessas relações como se fossem cristalizadas nas suas culturas, uma vez que se deve levar em conta o “contexto sociocultural” no qual essas pessoas estão inseridas.

Na PNAS de 2004 a relação da afetividade, pertencimento e as questões étnico-cultural e sexual são mencionadas pela primeira vez na PNAS. A questão da desvantagem pessoal acaba sendo uma perspectiva que ainda é também tratada na PNAS, fortalecendo o imaginário de culpabilização individual. Existe o reforço ao fortalecimento da lógica do mercado capitalista na medida em que busca receber trabalhadores advindos de relações formais e informais precarizadas. Todavia, passa a existir, ao mesmo tempo, um reconhecimento dessas condições e relações de trabalho no Brasil.

Na PNAS de 2004 a família é apresentada tendo como demanda mais uma responsabilidade, ou seja, sair do âmbito da intimidade, como afirmam Carloto e Mariano (2010), e passar também a assumir a responsabilidade de contribuir com o fortalecimento da comunidade, já que para isso deverá assegurar uma relação de convivência mais consolidada, como se isso já não acontecesse por meio das estratégias de sobrevivência utilizadas pelas famílias brasileiras pobres ao longo da história, em função da ausência de ações de âmbito social direcionadas aos trabalhadores.

Quanto à questão do atendimento à família na PNAS de 1998, são claramente explicitadas ações direcionadas a um determinado tipo de família. Nesse caso,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



focalizam-se as famílias denominadas “vulnerabilizadas pela pobreza e exclusão”. O direcionamento que é dado tem como base o desenvolvimento econômico articulado com a regulação de pobreza (SUNKEL, 2006).

Observa-se, dessa forma, que a concepção tratada na PNAS de 1998 reproduz a linha de naturalização da família como espaço de proteção. Essa afirmação pode ser analisada quando a família é vislumbrada dentro de uma perspectiva focalista e naturalizada. “Focaliza-se o grupo familiar e a comunidade como lugares naturais de proteção e inclusão social, vínculos relacionais para a implementação de projetos coletivos de melhoria da qualidade de vida” (PNAS, 1998). Dessa forma, a responsabilidade pela implementação dos projetos coletivos recai na família. A necessidade de entrada no mercado, para a saída da família das ações da Assistência Social, também é reforçada na PNAS de 1998.

Outra questão presente na PNAS de 2004 é a família ser colocada como espaço de conflito e ao mesmo tempo de proteção. A proteção é vista como necessária dentro do sistema capitalista, já que a ela causa desigualdade. A desigualdade é tratada no texto sem maiores aprofundamentos dos motivos que levam a essa situação.

[...] não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social. (PNAS, 2004).

Dessa forma, observa-se que a concepção de família que permeia as duas gestões apresenta projetos semelhantes de conservadorismo, na medida em que naturalizam a família de forma homogênea. Apesar da PNAS de 2004, que foi implantada no governo Lula, trazer algumas questões ligadas à desigualdade e às questões de gênero, a lógica da clivagem do trabalho ainda é muito forte. Percebe-se, dessa forma, alguns poucos avanços com relação à perspectiva de FHC, até porque os programas criados na gestão anterior permaneceram ainda na gestão do governo Lula. Os valores familiares conservadores ainda são presentes nos dois

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



governos, reproduzindo os mesmos conjuntos de responsabilidade e cobranças. A concepção de direito e emancipação é a mesma envolvida na lógica da democracia burguesa.

No contexto de reprodução de valores familiares conservadores identificados em programas nas gestões de FHC e Lula, encontra-se também no governo de Dilma o “Brasil Carinhoso”, programa que apresenta como órgão gestor o Ministério do Desenvolvimento Social, que estabelece critérios e diretrizes, juntamente com INEP/MEC e FNDE/MEC, os quais consolidam dados do censo escolar e executam a política pública respectivamente.

Conforme definido pelo Ministério da Educação, o Programa Brasil Carinhoso corresponde na transferência de renda que apresenta como foco a educação infantil, ressaltando em sua contribuição que para além do acesso e permanência de alunos de zero a 48 meses matriculados em creches públicas ou conveniadas com o poder público, a perspectiva do cuidado integral, segurança alimentar e nutricional de famílias que fazem parte do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2015).

A noção de responsabilidades e cobranças pode ser observada entre critérios e diretrizes presentes na estrutura do Brasil Carinhoso, em que elementos como a definição, o público destinado e a forma de acesso sinalizam a ideia do cuidado integral, o vínculo com creches mediante matrículas, assim como a inserção no Programa Bolsa Família.

Nesta perspectiva, é instituído em 2016 o Programa Criança Feliz com finalidades pautadas no desenvolvimento integral das crianças na primeira infância. Entre os objetivos deste programa destacam-se aspectos voltados para o cuidado, identificando-se a noção de responsabilização familiar à medida que reforça o apoio à gestante e à família na preparação para o nascimento, o fortalecimento de vínculos e o papel das famílias para funções do cuidar, proteger e educar (BRASIL, 2016).

Esse programa permaneceu na gestão do governo Bolsonaro e foi carro-chefe de sua gestão. De acordo com informações divulgadas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, no ano de 2021 o

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



total de visitas domiciliares realizadas pelo Criança Feliz totalizou 57 milhões. Ao abranger mais de 3.028 municípios brasileiros, o referido programa constitui-se no maior do mundo de visitação domiciliar para a primeira infância (BRASIL, 2016).

Esses dados não somente indicam o alcance dos dois eixos presentes no Criança Feliz – visitas domiciliares e integração das políticas de atenção à primeira infância no território –, mas os grandes esforços concentrados, principalmente, durante o governo Bolsonaro em manter, sob o viés dos valores familiares, responsabilização e cobranças, as marcas mais expressivas do conservadorismo na sociedade brasileira.

O atual Programa, do Governo Federal, Criança Feliz, foco de análise deste artigo, não se configura, como pontuado anteriormente, uma novidade no âmbito das políticas públicas para a educação das crianças e de suas famílias. Em outras palavras, guardados aspectos de cada momento histórico, a indicação de buscarem-se soluções para a crise social na educação no indivíduo particular não foi superada. Pelo contrário, a adoção do Programa Criança Feliz, como o grande programa intersetorial do atual Governo Federal, é um revisitar de programas do início do século XX, e que acabam culpabilizando as famílias pelo baixo desenvolvimento, ou desenvolvimento inadequado de suas crianças. Na atual conjuntura, o programa ameaça e restringe direitos e políticas sociais duramente conquistadas nos últimos anos do século XX. (CAMPOS, 2020, p. 2-3).

O programa Criança Feliz apresenta-se como um retrocesso no campo dos direitos sociais. A educação de mães com os cuidados com seus filhos reforça processos de culpabilização junto às mulheres pela possibilidade de cuidados “inadequados” com seus filhos.

Além do Familismo já ser uma dimensão reforçada durante anos no Brasil, os programas e ações dirigidos às famílias no Brasil reforçam o patriarcado, responsabilizam as mulheres, não apresentam nenhum debate acerca das questões que envolvem classe, gênero e questão étnico-racial. Além disso, são criadas discussões que as colocam como negligentes, obscurecendo a responsabilidade do Estado diante das crises permanentes e responsável pela reprodução de todos os tipos de desigualdades.

4 CONCLUSÃO

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Durante anos a Assistência Social foi conduzida no Brasil de forma clientelista, baseada no favor e na benevolência. Em 1988 torna-se Política Pública, e desde sua implantação constrói avanços e retrocessos no campo da gestão e financiamento e as famílias brasileiras acompanham esses processos sempre assumindo responsabilidades.

As famílias atendidas pelos programas e ações são responsabilizadas pelo controle das condicionalidades, reforçando também que esse controle deve ser realizado pelas mulheres. As perspectivas que orientam essas políticas não conseguem articular com a necessidade de elaborar políticas que coloquem também a figura masculina como responsável pela família.

Desde a gestão de FHC as ações dirigidas às famílias reforçam traços de conservadorismo na construção do significado de família e dos papéis de sujeitos que fazem parte do âmbito familiar. Além dessas limitações, não são pautadas as diferenças de classe, raça e étnico-racial, elementos comuns que devem ser pensados no processo de elaboração das ações, dadas as nossas particularidades.

Na Europa a preocupação presente em várias ações é o debate que envolve a necessidade de conciliar trabalho e família, envolvendo responsabilidades também do masculino nos afazeres domésticos. Enquanto na América Latina o reforço do conservadorismo em termos de reprodução dos papéis familiares é constante.

5 REFERÊNCIAS

ABRAHMSON, Peter. **Welfarepluralism** – Pluralismo de Bem-Estar: para um novo consenso na política social europeia? Brasília: NEPPPOS/CEAM/UNB, 1995.

ANDERSON, Perry. **Espectro**: da direita à esquerda no mundo das ideias. São Paulo: Boitempo, 2012.

ANTUNES, R. **Coronavírus**: o trabalho sob fogo cruzado. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

BENTES, Renata do Socorro dos Anjos. **Famílias chefiadas por mulheres, política social e pobreza em tempos de pandemia:** uma análise das condições de sobrevivência das mães solo na cidade de Belém/Pará. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

BRAGA, C. S. D. C. **Família e Assistência Social:** análise dos governos FHC e Lula. 2013. 175 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Brasil Carinhoso**, Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br>. Acesso em: 14 maio 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MPAS, Secretaria de Estado de Assistência Social, 1999. 92 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: novembro, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Programa Criança Feliz**, Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/crianca-feliz>. Acesso em: 15 maio 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016**. Institui o Programa Criança Feliz. 2016. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21292775/do1-2016-10-06-decreto-n-8-869-de-5-de-outubro-de-2016-21292718#:~:text=DECRETA%3A,de%20%20demar%C3%A7o%20de%202016. Acesso em: 15 maio 2023.

CAMPOS, Rosânia. Programa Criança Feliz: um salto histórico para o passado. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2015445, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15445>. Acesso em: 20 jun. 2023.

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana Aparecida. No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 2, p. 451-471, maio-ago. 2010.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



INESC. **Depois do desmonte:** Balanço do Orçamento Geral da União 2022. Brasília: INESC, 2023.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e Assistência Social: subsídios para o debate do trabalho dos Assistentes Sociais. *In*: DUARTE, M. J. O.; ALENCAR, M. M. T. (org.). **Família e famílias:** práticas sociais e conversações contemporâneas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Trabalho com famílias: um desafio para os assistentes sociais. **Revista Virtual Textos e Contextos**, n. 3, dez., 2004.

SARACENO, Chiara; NALDINI, Manuela. **Sociologia da família**. 2. ed. Lisboa: Estampa, 2003.

SUNKEL, Guillermo. **El papel de la familia en la protección social en América Latina**. Série Políticas Sociales. CEPAL: Santiago de Chile, abril de 2006.

TEIXEIRA, Solange Maria. Família na política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 13, n. 2, p. 255-264, jul./dez., 2009.

THERBORN, Goran. **Sexo e poder:** a família no Mundo 1900-2000. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

WOOD, Ellen. **Democracia contra Capitalismo**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2006.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS: novos apontamentos

Solange Maria Teixeira¹

RESUMO

As famílias não são homogêneas entre si e internamente, muitas delas tem trajetórias marcadas por inúmeras desigualdades sociais, raciais e de gênero. As políticas sociais e o trabalho social com famílias previsto nos serviços sociais, entretanto, têm silenciado e invisibilizado essas incidências, mesmo as dirigidas às populações mais vulneráveis. O objetivo deste artigo é fazer uma discussão sobre a questão social a partir das diversas mediações, ampliando o debate e oferecendo novos aportes ao trabalho social com famílias. Conclui que a política de assistência social e o trabalho com famílias demandado, sobre a pretensa noção de igualdade de direitos, tem reproduzido desigualdades sociais, ao não abrir espaço para as múltiplas determinações das desigualdades sociais que as famílias sofrem.

PALAVRAS-CHAVE. Desigualdade Sociais. Política de Assistência Social. Trabalho Social com Famílias.

ABSTRACT

Families are not homogeneous among themselves and internally, many of them have trajectories marked by numerous social, racial and gender inequalities. Social policies and social work with families provided by social services, however, have silenced and made these incidences invisible, even those aimed at the most vulnerable populations. The purpose of this article is to discuss the social issue based on different mediations, broadening the discussion, and offering new contributions to social work with families. It concludes that the social assistance policy and the work with families demanded, based on the alleged notion of equal rights, reproduced social inequalities, by not opening space for the multiple determinations of social inequalities that families suffer.

KEY WORDS. Social Inequality. Social Assistance Policy. Social Work with Families.

1 INTRODUÇÃO

Por muito tempo no Serviço Social a questão social foi trabalhada como sinônimo de questão operária, ao como um conjunto de desigualdades decorrentes da relação capital/trabalho, inseparáveis do trabalho livre e do Estado moderno.

¹ Universidade Federal do Piauí – UFPI; Pós-doutorado em Serviço Social pela PUC-SP e professora associada da Universidade Federal do Piauí; e-mail: solangeufpi@gmail.com

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Iamamoto (2001, p.17) alarga essas conceituações com bases nas leituras de Lanni (1992) ao reafirmar que “a questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnicas-raciais e formações regionais”. No debate atual sobre questão social na perspectiva marxista, não é possível a compreensão do fenômeno sem as múltiplas mediações que determinam as situações de assimetrias, e os imbricamentos de classe, gênero e raça/etnia.

O objetivo deste artigo é apontar novas discussões teóricas que ampliam o debate sobre as desigualdades sociais, incluindo desigualdades de classe, raciais e de gênero, sua inclusão ou silenciamento pela política de assistência social e repercussões no Trabalho Social com Famílias (TSF).

2 DESIGUALDADES DE CLASSE, GÊNERO E RAÇA/ETNIA: ampliando o debate da questão social

As famílias não são homogêneas internamente e entre si, não tem o mesmo padrão de organização e nem os mesmos recursos para lidar com as adversidades, com o cuidado e assistência aos seus membros. A depender do ciclo de vida familiar em que estejam, do pertencimento de classe, da cor da pele, da etnia, da sexualidade e gênero podem ser mais vulneráveis e sofrer com as inúmeras desigualdades sociais entrecruzadas e sobrepostas.

Essa realidade implica, para a análise teórica na perspectiva do método histórico-dialético, compreendê-la como síntese de múltiplas determinações. As categorias que são mediações entre singularidade e totalidade, têm dimensões de determinação e são variadas, cuja aproximação com essa realidade caleidoscópica é sempre gradativa. Assim, compreender os processos que geram vulnerabilidade social, como as desigualdades sociais de classe, gênero e raça/etnia é condição necessária para fundamentar e dar direção ao trabalho social com famílias.

Autoras como Crenshaw (2018) e Akotirene (2020), propõem uma ferramenta teórico-metodológica denominada de Interseccionalidade para captar as opressões

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

cruzadas e convergentes na reprodução das desigualdades. Saffioti (2004) denominou de nós simbióticos, a interseção entre classe, gênero e raça/etnia. As marxistas feministas francesas como Kergoat (2010), Hirata (2014) e outras, com análises a partir do método histórico-dialético, trabalham com as noções de consubstancialidade e/ou imbricamentos de explorações e opressões. Sendo comum entre elas a noção de que estas categorias são estruturadoras da vida em sociedades de classe, da não hierarquia entre elas, o que as marxistas denominam de múltiplas mediações do objeto de estudo, necessárias para a compreensão deste enquanto síntese de múltiplas determinações, logo, quanto maior o feixe destas mediações, mas próxima estaremos da realidade em suas múltiplas dimensões e determinações.

Como destaca Akotirene (2020, p.19), a adesão a ferramenta da interseccionalidade não é apolítica ou neutra, trata-se de uma alternativa de fazer ciência contrária aos essencialismos monocausais da ciência moderna eurocentristas, logo, decolonial por opção, denunciador das opressões que esses padrões científicos reproduziram e reproduzem, calando a voz das diferentes etnias, como dos afrodescendentes, especialmente, as mulheres negras.

Como ressalta Akotirene (2020) não significa dizer que todas as formas de discriminação têm o mesmo peso analítico de determinação, nem que o foco são apenas uma das opressões, deve-se ter “atenção global para a matriz colonial moderna, evitando desvio analítico para apenas um eixo de opressão”, e a matriz colonial remete necessariamente ao capitalismo.

As marxistas feministas francesas apontam que apenas classe, gênero e raça/etnia têm peso de relações sociais de produção, de estruturar a vida em sociedade. Assim, além do feixe cruzado de opressões, apontam atenção às formas de exploração, superexploração e exclusão típicas do capitalismo, das determinações de classe que se imbricam, tendo a marca racializada e diferenciada conforme os gêneros e sexualidades, como múltiplas formas de dominação.

Classe social é a forma de pertencer definida pelo lugar no mundo produtivo; maneira de estratificar/dividir as pessoas pela posse ou não dos meios de produção,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

que defini as formas de acesso às riquezas socialmente criadas, aos recursos e oportunidades. As classes sociais são antagônicas e formadas por frações e grupos; pertencer aos subgrupos onde incide maior desigualdades (exploração, opressão e exclusão) diferencia as condições de vida e trabalho (formas de existências) das pessoas.

Nas sociedades capitalistas a classe dominante, domina economicamente, política e culturalmente, ou seja, o pensamento da classe dominante é hegemônico e com fins de manter a dominação e opressão, é ideológico. Uma dessas formas é a naturalização das desigualdades sociais, atribuindo aos indivíduos e às suas condutas e comportamentos a causalidade destas.

Entretanto, o racismo, sexismo, patriarcalismo são estruturas que reforçam as assimetrias, criam diferenças e as tornam elementos para produzir, ampliar e reproduzir desigualdades sociais. Trata-se do uso das diferenças para diminuir, inferiorizar, oprimir o “outro”, tido como diferente do normal, hegemônico posto pela dominação.

Por isso, Moura (2020, p.20) diz que “o racismo tem, portanto, em última instância, um conteúdo de dominação, não apenas étnico, mas, também, ideológico e político”. É uma construção histórico-social que tem como sujeito histórico as classes dominantes, logo, como ressalta Eurico *et al.* (2022, p.1-2) “não parte da concepção biológica de ser humano, mas do ser social, a quem se atribuem valores positivos e negativos, com base em uma escala evolutiva, perversamente produzida pelo grupo racial branco”.

Concordamos com Moura (2020) de que o racismo moderno nasce com o capitalismo e tem como característica as invocações de argumentos “científicos”, da ciência moderna, eurocentristas, colonialista, elitista, para justificar a dominação de um povo, nação ou classe sobre outra. Nessa perspectiva, “o racismo é atualmente uma ideologia de dominação do imperialismo em escala planetária e de dominação de classe em cada país particular” (p.22), um dos fatores mais importantes da acumulação capitalista nos países europeus, nos Estados Unidos, reatualizada pelo

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

novo imperialismo da era do capitalismo financeiro, pelo neoliberalismo, modernizando-a.

O racismo é a “crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural” (MUNANGA, 2003, p. 24), ancorado na “ciência” positivista, na aparência pseudoconcreta biológica dos fenótipos, como a cor da pele, o formato do nariz, a espessura dos lábios, modalidade dos cabelos, onde se ancora a construção social da inferioridade, além da religião, dos traços culturais, entre outros tidos como menores, bárbaros, pré-civilizados, etnicamente inferiores.

Conforme Moura (2020) há um “imbricamento entre etnia e status, etnia e valores sociais e etnia e papéis sociais e culturais” que não apenas marcou o processo de formação da sociedade brasileira, mas que ainda hoje é estruturante dos processos que impedem a mobilização social em nível de igualdades de cada etnia dominada. Mas, as desigualdades étnica e de raça incidem de forma diferenciada e são mais incisivas em pontos de cruzamentos destas como gênero e classe social.

O gênero trata-se também de uma construção social e cultural, nesse caso, do masculino e do feminino, ancorado sobre as diferenças biológicas que inferiorizam as mulheres; não se trata apenas de diferenças, mas do seu uso para oprimir, logo, são perpassadas por relações de poderes, relações entre homens e mulheres hierarquizadas e assimétricas.

A estrutura de opressão é o cisheteropatriarcalismo, regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens, que implica relações de poder e mando, dominação e violência, tem ligações com as sexualidades hegemônicas e dominadas.

Mas, o gênero não é uma questão da mulher universal, ou seja, não incide sobre todas as mulheres da mesma forma. Como destaca Biroli (2018, p.23 grifos da autora) “a divisão sexual do trabalho é um *locus importante da produção do gênero*. O fato de ela não incidir igualmente sobre todas as mulheres implica que a produção do gênero que assim se dá é racializada e atende a uma dinâmica de classe.”

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Logo, as análises mais complexas e rica da realidade não podem fugir desses imbricamentos que apontam populações com maiores desvantagens sociais, dificuldades de acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. Para Biroli e Miguel (2018, p. 41), “[...] a convergência entre essas variáveis [classe, gênero e raça/etnia] estabelece uma pirâmide na qual a base é formada por mulheres negras, com o posicionamento em sequência de homens negros, mulheres brancas e, por fim, no topo, homens brancos”.

Devem ser incluídas nesta base da pirâmide outras variáveis, como a sexualidade, as diferenças geracionais, como as mulheres trans e negras, com baixa expectativa de vida e em situação de prostituição compulsória posta por sua condição social e sexual; mulheres idosas negras, da periferia com seus filhos e netos que formam verdadeiros “matriarcado da pobreza” em que todos vivem do benefício que esta recebe, geralmente, viúvas ou divorciadas ou sem companheiro; outras etnias tidas como selvagens, bárbaras, como as indígenas, ciganas, dentre outras.

As opressões geradas pelo cisheteropatriarcalismo vão para além do gênero e suas assimetrias, para incluir o sexismo: atitude preconceituosa que ocasiona a discriminação fundamentada nas diferenças de sexo; o padrão heterossexual como normalidade e os demais como patologias, além dos papéis sociais normativamente atribuídos a homens e mulheres conforme o sexo, e da inferioridade e anomalias de outros formas de ser das sexualidades múltiplas e variadas, invisibilizadas e apagadas em suas necessidades de reconhecimento e de redução de assimetrias, tomadas como o “outro”, não branco, não heterossexual-machista, não capitalista.

Embora, nem todas as desigualdades sociais sejam decorrentes da relação capital/trabalho, algumas são seculares, entretanto, elas se modernizam com as relações capitalistas e nesse tipo de sociabilidades elas são agudizadas ao extremo, como o sexismo, racismo e utilizadas para maior exploração, para superexplorar ou jogar no excedente, no pauperismo absoluto, por questões de estereótipos e discriminações.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Mas, é impossível não observar as situações em que estas desigualdades se cruzam e geram sobreposição de inúmeras formas de manifestações. É o caso das mulheres negras e de periferias, cujo lugar social ocupados por elas implicam menores oportunidades, menores capacidades de mobilidade social, cujas expressão são: menor inserção no mercado formal de trabalho; menor escolaridade; maior incidência de violações de direitos e violências; maior incidência em famílias monoparentais e pobres; inserções em atividades de sobrevivências informais e precárias; atividades reprodutivas; menor renda destas atividades e remunerações.

As famílias além de serem plurais, muitas dela têm menores estruturas de oportunidades para desenvolver potencialidades conforme as incidências das variáveis classe, gênero e raça-etnia. A não observância destas desigualdades na política social e no trabalho social com famílias pode reproduzir estas desigualdades ao invés de reduzi-las.

Mas, nesse caso as políticas sociais não devem ser postas na dimensão de igualdade de direitos? Deveria ser todas elas focalizadas e com graus variados de seletividade? Estaria correta a tese e reivindicação neoliberal de políticas sociais compensatórias, temporárias, focalizadas e seletivas e uma proteção social pluralista incluindo Estado, mercado, ongs, famílias?

3 POLÍTICA DE ASSISTENCIA SOCIAL: a transversalidade das questões étnico-raciais, de gênero e de classe.

Alguns países europeus, na “era ouro” do capitalismo e constituição do Estado de Bem-Estar Social, em nome da cidadania universal promoveram acesso aos homens trabalhadores à condição de cidadania, por seu vínculo de trabalho, sendo que mulheres e crianças acessavam aos serviços e benefícios na condição de dependentes, reproduzindo o patriarcalismo pela via pública e não apenas pelo privado.

Outros países, como do Norte Europeu, adotaram o critério de políticas universais, desmecadorizantes e desfamiliarizantes, com maiores capacidades de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



reduzir as desigualdades de gênero e constituir as famílias de dois provedores, com grande ênfase nos serviços sociais para os cidadãos.

Os países do Sul da Europa, foram os que mais implementam políticas familistas, aquelas que fornecem benefícios para as famílias realizarem os serviços em casa, que contam e incentivam esta proteção familiar, com alguns serviços públicos, hoje, todos executados por organizações do terceiro setor e/ou mercado.

As lutas sociais contra o racismo, o sexismo, o patriarcado e outras formas de opressões, colocam em xeque a concepção universal de cidadania, e que as políticas sociais não abarcam de forma igualitária os grupos diversos, porque estava fechada às diferenças e uma visão limitada de desigualdades sociais. O não reconhecimento das diferenças e o trato igualitário reproduzia as formas de opressões, negava-as, naturalizava-as

Os países de modelo de bem-estar social ancorado na social-democracia foram também os que ampliaram a noção de justiça social. Todavia, as políticas sociais nas sociedades capitalistas são contraditórias, não emergem apenas com o objetivo de atender necessidades, garantir direitos sociais. Elas se movem em meio aos antagonismos, projetos ideopolíticos divergentes, relações de poderes, alianças, dentre outros. Além disso, visam garantir o consenso em torno da ordem, sua manutenção, ao mesmo tempo em que atendem determinadas necessidades conforme o poder de pressão das lutas e reivindicações.

Os países com melhor estrutura de Estado de Bem-Estar Social buscaram conciliar políticas universalizantes, com políticas focalizadas nos grupos sobre os quais incidem maiores desigualdades sociais, buscando atender universalmente o grupo segmentado.

Mas, em contexto de avanço do neoliberalismo e do neoconservadorismo, há críticas a estas políticas sociais consideradas onerosas e desestimuladoras do trabalho e do mercado. Além disso, as políticas neoliberais, via contrarreformas das políticas sociais, limitam os acessos, precarizam os serviços públicos com a intenção de estimular as formas privadas de proteção social, acentuando ainda mais as

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

contradições destas, como os dualismo entre responsabilidade do Estado e do privado na provisão social, bem como as defesas de um Estado menor, enxuto e dentro das regras fiscais.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 adota o conceito de justiça social ancorada nos direitos sociais e na responsabilidade do Estado em garanti-los e institui às políticas de seguridade social, compostas por políticas universais, como a política de saúde e outras focalizadas, como a assistência social para quem dela necessitar e política previdenciárias para os contribuintes.

A Política de Assistência Social foi estruturada a partir de 2003, no governo de Lula, que ampliou o público a quem se destina a assistência social, seus benefícios e serviços. Apesar desta amplitude a política e as normatizações dos serviços pouco abordam as questões de classe, raça/etnia e gênero, envoltos das noções de vulnerabilidades e riscos sociais são ainda mais inviabilizados e homogeneizados em formas classificatórias.

Segundo Pereira (2020, p.39), não considerar a interseccionalidade e a consequente opressões vivenciadas pelos sujeitos reais é uma não abertura as diferenças e as multidimensões das desigualdades sociais; é homogeneizar os grupos de vulneráveis, uniformizar, e portanto, invisibilizar suas necessidades sociais particulares, “que tente a restringir acessos e proteção social, principalmente, às mulheres negras e outros grupos subalternizados”.

O atravessamento de classe, raça e gênero ocorre desde o perfil das famílias atendidas, às suas demandas. Porém, a política não aborda estas determinações nas discussões das desigualdades sociais. Estudos de Santos (2023) em Londrina-Paraná aponta, com base em entrevistas aos profissionais dos CRAS que:

O público usuário da política de assistência social é caracterizado pelos(as) profissionais que atuam na política pública como constituído, em sua maioria, por mulheres negras, mulheres chefes de família que não têm um parceiro, e quando têm não é participativo, elas são as responsáveis pelos cuidados com a família, são mãe solo, com baixa escolaridade, inseridas no mercado informal de trabalho e sobrecarregadas. (SANTOS, 2023, p.84).

Isso porque no país os maiores índices de pobreza estão entre os/as negros/as e o Programa Bolsa Família se destina às mulheres pobres. De acordo com o IBGE

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

(2019) em 2018, considerando a linha de US\$ 5,50 diários, a taxa de pobreza das pessoas brancas correspondia a 15,4%, e entre as pretas ou pardas, atingia a 32,9%. Quando se refere a linha de US\$ 1,90 diários, considerada abaixo da linha da pobreza, 3,6% das pessoas brancas possuíam rendimentos inferiores a esse valor, enquanto 8,8% das pessoas pretas ou pardas situavam-se abaixo desse patamar.

Outro estudo de Costa (2017) questionava se o PAIF, dada a centralidade da família e seu lugar estratégico como serviço e porta de entrada das famílias, se suas ações e atividades operariam para dar visibilidade ou para silenciar os imbricamentos de raça e gênero. Ela conclui que nem os documentos normativos tem na sua estrutura o enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero, nem o cotidiano das sua implementação se abre para a realidade constatada, logo, essas questões não têm centralidade, quando aparecem de forma transversal são rasas, superficiais, a construção do prontuário SUAS não inclui questões de raça/etnias, ainda permanecia um modelo universal de feminilidade e com a representação de mulher/mãe/dona de casa, em que as questões raciais são invisibilizadas, não enfrentadas, silenciadas em nome de uma suposta igualdade de direitos que reproduz as desigualdades sociais.

As famílias de mulheres negras são mais vulneráveis, por ser esta a única fonte de renda, de cuidados, assistência e sobrevivência do grupo familiar, estando entre as que tem menor renda e mais necessidades de serviços e benefícios para manter o grupo, condição que não pode ser desconsiderada pelo trabalho social com famílias nos territórios de maiores índices de pobreza.

4 O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS: por uma direção emancipatória

Segundo Teixeira (2017, p. 34) o Trabalho Social com Famílias (TSF), [...] é um trabalho especializado, técnico, portanto, fundamentado teórico-metodologicamente, ético e técnico-operacional, desenvolvido por equipes interdisciplinares no contexto da materialização da política social, junto à família e seus membros ou em prol dessa.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

O TSF está inserido no processo de trabalho da Assistência Social e enquanto processo, não é dado a priori, “[...] ele se desenvolve de forma coletiva, por meio de um conjunto de ações profissionais que envolve diferentes profissionais, serviços, instâncias políticas e administrativas (BRASIL, 2016, p. 16). Além de processo de trabalho, na PNAS ele se transforma em serviço, o PAIF, com centralidade na família e no qual os outros serviços estão a ele referenciado, com expectativas de que “[...] seja balizado pela interação entre os diferentes níveis de proteção e pela intersetorialidade” (BRASIL, 2016, p. 17).

Na direção do processo de trabalho, que é coletivo, tem-se o lugar dos direcionamentos: i) da política e dos projetos ideopolíticos que estão em tensionamento e perpassam a normatização e o processo de implementação; ii) dos profissionais que implementam a política e de seu trabalho profissional.

No modelo normativo da política de assistência social e na sua implementação o TSF é perpassado por diferentes demandas e expectativas. Uma delas é a do projeto neoliberal que tem reforçado o familismo e o neofamilismo, como objetivo de em nome da proteção à família difundir a pedagogia da responsabilidade familiar e individual, atuando na perspectiva da “gestão do risco” que é um conjunto de orientações para a família fazer em casa (cuidar, assistir, educar, orientar, acompanhar, dentre outras atividades), sendo monitorada pelas equipes interdisciplinares, direcionando o trabalho para a lógica do fortalecimento das funções protetivas das famílias, dos vínculos como sinônimo de sobrecargas, novas responsabilidades, assumir deveres, fazer a sua parte em nome do bem-estar do grupo, ser agente de proteção social dos seus membros.

Outra perspectiva, é a protetiva, reforço do direito à proteção para indivíduos e famílias o que implica defesa da política pública, do papel do Estado como ofertante de serviços sociais; da democracia e democratização dos espaços sociais, incluindo relações familiares; de concursos públicos para equipes de referências, capacitações de qualidade e com a superação do tecnicismo; acompanhamento das famílias com maior incidência de desigualdades sociais (individual e grupal), logo, atenta aos

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



cruzamento ou imbricações de classe, gênero e raça/etnia e dos sistema de opressões que limitam acesso e a garantia dos direitos para determinados grupos.

O agente profissional também tem um peso na direção do TSF, embora sua autonomia seja relativa, posto pelo seu projeto de profissão, formação superior, regulamentação da profissão, código de ética e outras dimensões e normativas da profissão que imprimem uma direção ao seu fazer profissional.

Conforme Pereira (2020), as instituições impõem parâmetros e delimitam horizontes para as ações profissionais, por sua vez, os profissionais também modelam as instituições, pois a execução das políticas sociais depende destes profissionais, das condições objetivas de trabalho, e nesse processo eles traduzem, ressignificação as normas, as regras, as normativas da política o que impacta na oferta, nos acessos, e no alcance dos objetivos da política, há, portanto, sempre uma margem de ação discricionária, com espaço para a “consciência individual” ou profissional.

Quando este processo de trabalho é no âmbito dos serviços, segundo Schutz e Mioto, 2012, há ainda mais intangibilidade, pois nos serviços produção e consumo se dão simultaneamente, tem dimensões relacionais entre o prestador do serviço e o usuário deste, o que impede que ele seja totalmente controlado ou capturado pela instituição e dando ainda mais margem para o discricionário.

Sendo o TSF um trabalho técnico, com dimensões intelectuais, ele precisa se ancorar na tridimensionalidade: i) planejamento/dimensão teleológica/conhecimento do objeto de trabalho; ii) 2- execução/trabalho propriamente dito/prática/ação que visa atingir um fim que deve primar por metodologias participativas e emancipadoras; iii) monitoramento e avaliação com participação de todos os envolvidos no processo.

O TSF na perspectiva do projeto protetivo ou democrático-popular de base constitucional deve orientar-se pela:

- Partir da realidade das famílias, diferenciadas pelas questões, étnico-raciais e de gênero e pelos elementos comuns que as ligam, como a posição de classe;

PROMOÇÃO



APOIO





- Provimentos de aquisições diversas garantidas pelas políticas sociais intersetoriais e internamente na política de assistência social;
- Acompanhamento para as que enfrentam as consequências da incidência de maiores desigualdades sociais, raciais e de gênero;
- Trabalho socioeducativo no acompanhamento das famílias com duas dimensões: i) compreensão do problema que vive em suas determinações e as ofertas de serviços públicos e da rede de serviços; ii) dimensão política “um trabalho voltado para fortalecer o usuário, as famílias, na luta por mais serviços, por melhores condições de vida, por acesso à rede de serviços, fundado numa dinâmica problematizadora da realidade e geradora de reflexões e ações organizativas e coletivas” (TEIXEIRA, 2016, p. 173)

Nessa perspectiva, a autonomia e o protagonismo como objetivos e eixos articuladores do TSF são compreendidos numa perspectiva crítica, no sentido social, político, de criar condições para uma compreensão da realidade e dos problemas que as famílias vivenciam, da política e de seus serviços, da sua condição de cidadão de uma nação e parte de uma classe, superando as visões naturalizantes e individualizantes, com reforço do coletivo e seu poder de luta, reivindicações e resistências.

O Acompanhamento Familiar deve partir de um diagnóstico das famílias e as situações que deixam em situação de vulnerabilidades, levantadas no atendimento, sendo agrupadas para acompanhamento pelos traços comuns. Depois a construção de Plano de Acompanhamento Familiar (individual e coletivo), com as etapas metodológicas, com suas estratégias e técnicas necessárias para atingir os fins buscados; partir e ultrapassa o nível da informação ao processo de reflexão e proposição como patamares superiores; acesso a serviços intersetoriais e da política para superação das vulnerabilidades, o que requer protocolos comuns, fluxos de trabalho institucionalizado, necessário ao acompanhamento e atendimento dos objetivos; avaliação das ações desenvolvidas.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

O que requer a necessidade de uma matriz crítica de fundamentação, eminentemente decolonizadora, antineoliberal, anticapitalista e de horizontes de emancipação humana, embora o nível de emancipação possível na lógica capitalista seja a política, tolhida pelo neoliberalismo com intuito de apartar os trabalhadores de suas lutas, da consciência de classe.

Por isso, como contra hegemonia o TSF deve fortalecer o protagonismo político das famílias, coletivização das demandas e dos direitos, observando os grupos com trajetórias históricas de maior incidência de desigualdades e os elementos comuns entre eles, utilizando o saber popular como matéria prima, ponto de partida, para capturar a realidade do seu território.

5 CONCLUSÃO

A ruptura com o trabalho social com famílias demandando pelo projeto familista neoliberal, de culpabilizações, individualizações e responsabilizações, ou pelo neofamilismo ancorado nas parcerias que reforçam a busca de soluções no intramuros das famílias, nos seus recursos, passa por mudanças políticas que valorizam as políticas sociais e sua importância na: i) superação do ciclo da pobreza; ii) superação do ciclo da violência e constituição de novos projetos de vida; iii) nos suporte nos cuidados, na socialização, na educação dos segmentos geracionais; iv) no reforço dos vínculos/laços/cultura da paz e o lidar com os conflitos, adversidades e problemas cotidianos; v) na difusão da cultura democrática, do respeito, da autoridade sem autoritarismos e violências nas relações interpessoais e institucionais.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

BIROLI, R; MIGUEL, L. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na produção das desigualdades. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, jul./dez. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fundamentos Ético-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2016.

COSTA, K. Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam. **O Social em Questão**, Ano XX, nº 38, p.227-246, 2017.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**. v. 7, n. 1-2. Florianópolis: UFSC, 1999.

EURICO, M. C; SILVA, M. L. O. E.; PASSOS, R. G.; GONCALVES, R. (Orgs.). **Antirracismos e Serviço Social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2022.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, São Paulo. n. 86, p. 93-103, 2010.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça - Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, p. 61-73, 2014.

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Rio de Janeiro, 2019.

IAMAMOTO, M. V. Questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, Rio de Janeiro, Ano III, n.3, p. p.09-32, 2001.

MOURA, C. **Racismo e luta de classes no Brasil** – textos escolhidos de Clóvis Moura. Brasil: Editora Sem Amos, 2020.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação- PENESB-RJ, 2003.

PEREIRA, G. **Interseccionalidade e os marcadores sociais de raça, classe e gênero nas concepções e práticas de profissionais e usuários de centros de referência de assistência social do município de Belo Horizonte**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação de saúde e Prevenção à Violência, UFMG, Belo Horizonte, 2020.

SCHÜTZ, F.; MIOTO, R. T. O trabalho em serviços: contribuições para o debate do Serviço Social. **Em Pauta**. Rio de Janeiro, v. 10, p. 83-101, 2. sem. 2012.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



SAFFIOTI, Heleieth, I, B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, S. L. dos. **A abordagem das relações de gênero e patriarcais no exercício profissional dos(as) Assistentes Sociais**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual de Londrina, 2023.

TEIXEIRA, S. M. **Trabalho Social com Família**: fundamentos histórico, teórico-metodológicos e operativos. Teresina: EDUFPI, 2017.

TEIXEIRA, S. M. **A família na política de assistência social**: concepções e as tendências do trabalho social com famílias nos CRAS de Teresina. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2016.

FAMÍLIA E TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS: concepções e desafios para Política de Assistência Social

Maria Jacinta Carneiro Jovino da Silva¹

RESUMO: Aborda a família como eixo de referência para o ser humano, como instituição social e espaço privilegiado de proteção social. Apresenta uma concepção de família a partir de três determinantes tradicionais explicativos: a consanguinidade e a filiação; a conjugalidade e a sexualidade; e a coabitação. Destaca as mudanças nos determinantes tradicionais de família e apresenta novos indicadores para a sua concepção. Demonstra que a família é complexa, contraditória e dinâmica, em constante processo de mudanças. Apresenta alguns elementos para a compreensão do Trabalho Social com Famílias e destaca desafios que ele impõe para a proteção social básica da Política de Assistência Social.

PALAVRAS-CHAVE: Família. Determinantes tradicionais. Trabalho social com famílias. Política de Assistência Social

ABSTRACT: It addresses the family as a reference point for human beings, as a social institution and a privileged space for social protection. It presents a conception of family based on three

¹ Professora Associada do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Políticas Públicas pelo PPGPP/UFMA. Coordenadora do Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC/UFMA) Trabalho Social com Famílias na proteção social básica do SUAS: conteúdos, estratégias e significados. E-mail: jovino.maria@ufma.br

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

traditional explanatory determinants: consanguinity and affiliation; conjugality and sexuality; and cohabitation. It highlights changes in traditional family determinants and presents new indicators for its conception. It demonstrates that the family is complex, contradictory and dynamic, in a constant process of change. It presents some elements for understanding Social Work with Families and highlights the challenges it poses for the basic social protection of the Social Assistance Policy.

KEYWORDS: Family. Traditional determinants. Social work with families. Social Assistance Policy

1 INTRODUÇÃO

A família não é construída apenas pela dimensão natural da reprodução humana, mas também pelas relações sociais, econômicas e culturais, pelas relações interpessoais e intersubjetivas que desenvolvem no seu interior, com as outros grupos, instituições sociais e espaços coletivos de convivência. Não é um agrupamento humano eventual, esporádico e destituído de significados, mas sim uma instituição social, construída objetivamente e legitimada pela sociedade no processo sócio-histórico, ao mesmo tempo em que é interiorizada pelos seus integrantes. A família é um espaço privilegiado de proteção social, de socialização humana primária, de aprendizagem de valores e princípios para a vida cotidiana e em sociedade.

Ao longo do percurso histórico, o significado de família tem sido alterado nas diferentes culturas, pelo movimento sócio-histórico e cultural da sociedade. A família contém as determinações mais gerais da sociedade na qual está inserida e, por isso, está em permanente processo de mudanças, expressando no seu interior o dinamismo da sociedade, ao mesmo tempo em que provoca alterações nas diversas dimensões da vida coletiva, como no âmbito jurídico, do direito de família e dos seus integrantes. Essas alterações ocorrem a partir das modificações que se processam na realidade das famílias, em várias de suas dimensões, como por exemplo, nas relações entre pais e filhos, entre gênero e gerações, na reprodução social e no controle. Portanto, a família é uma instituição social, construída objetivamente e legitimada pela sociedade.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Compreender a família, seus significados e suas alterações no novo contexto societário deve ser uma condição indispensável para os profissionais de quaisquer das políticas sociais brasileiras, pois quase todas elas passaram a planejar programas e serviços direcionados para a família ou que envolvam a sua participação. Porém, para a Política de Assistência Social, a compreensão de família e do trabalho social com famílias constitui uma exigência fundamental, pois nesta política está definida a diretriz da *centralidade na família*, tanto na proteção social básica quanto na especial.

Neste trabalho, temos como objetivo apresentar uma concepção de família, a partir de alguns determinantes tradicionais que caracterizam o sentido de família, e indicamos novos elementos, que no atual contexto, também fundamentam a compreensão de família. Buscamos apontar algumas mudanças que se processam na família, no âmbito de suas relações internas e a partir do movimento sócio-histórico da sociedade. O outro objetivo é discorrer sobre o trabalho social com famílias na Política de Assistência Social, como política familista, destacando sua importância para a proteção social das famílias, mas também seus desafios.

2 A FAMÍLIA BRAILEIRA: alguns determinantes explicativos

A família é o modo básico, primário e essencial de agrupamento humano, um espaço indispensável para a socialização, pois é responsável pela vivência das primeiras experiências de vida, de convivência, de apoio e cuidado entre as gerações. Ela deve assegurar os aportes afetivos e materiais necessários ao desenvolvimento integral de seus integrantes. É no interior da família que são apreendidos os primeiros valores éticos, culturais necessários para o aprendizado do respeito aos direitos dos outros e das gerações presentes no grupo familiar (KALOUSTIAN; FERRARI, 1994, p. 11-12). Nesse entendimento, a família é o *eixo de referência do ser humano*, nas dimensões objetiva e subjetiva, de modo que, a partir dessa referência, seus membros desenvolvem suas primeiras relações sociais e definem suas subjetividades.

A referência da família para as pessoas é construída através das experiências

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

cotidianas, de convivência, cuidados e de proteção integral, desde a primeira infância, quando são construídos os primeiros laços de família no âmbito do núcleo familiar mais próximo. Esses laços unem as pessoas, geram uma complexa e dinâmica trama de emoções, empatia e obrigações mútuas, que ganham significado nas relações e estabelecem vínculos, expressos nos sentimentos e práticas entre os indivíduos da família. As obrigações mútuas dentro da família não são simplesmente legais - dos pais para com os filhos -, mas são essencialmente um dever ético e moral associado à vinculação afetiva, organizado de acordo com o ciclo vital, as relações de gênero e de gerações, que se desenvolvem a partir dos papéis desempenhados na família. Significa que a família continua sendo “o espaço privilegiado da história da humanidade onde aprendemos a ser e a conviver” (MIOTO, 2004, p. 134).

Independente das condições de classe, os conteúdos e significados do sentido de família são definidos pelas obrigações morais entre seus integrantes, o que exige compromissos efetivados, de uns com outros. Porém, nas famílias mais empobrecidas o cumprimento contínuo dessas obrigações, de acordo com as necessidades de seus membros, define quem faz parte da família, pois expressa que: “*são da família aqueles com quem se pode contar*” (SARTI, 2003, p. 85), de modo que as obrigações morais estão fundadas na reciprocidade entre as pessoas: dar, receber e retribuir. Quando as pessoas da família assumem responsabilidades e compromissos, umas com as outras, estão também construindo relações afetivas e vínculos familiares significativos.

A família tem um significado complexo porque está estreitamente relacionada à várias dimensões da vida social, diferentes áreas de conhecimento e dos direitos sociais. Também é complexa porque congrega pessoas vinculadas por diversas formas de relações: com base na consanguinidade, afetividade, afinidade pelo casamento, parentesco, responsabilização entre as gerações - embora nem sempre esses laços estejam presentes em todas as famílias, ao mesmo tempo. Estas relações se expressam através de comportamento, valores, sentimentos e práticas familiares.

Historicamente, a construção do conceito de família tem tomado como base alguns fundamentos sociais e culturais que se expressam através dos determinantes

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

clássicos para a sua compreensão, que são: relações de consanguinidade e a filiação; a conjugalidade e sexualidade; e a coabitação familiar (SILVA, 2015). Esses determinantes, com base em padrões conservadores impõem a ideia institucionalmente aceita de que uma família tem início a partir do casamento entre um homem e uma mulher, mas a sua legitimidade, dentre outros elementos justificadores, se completa com o exercício de sua função de procriação e filiação, ou seja, com o nascimento dos filhos, que estabelece o vínculo pela consanguinidade. Desse modo, a concepção de família foi associada ao casamento e à convivência conjunta no espaço de uma casa. Essa ideia foi instituída como padrão de conduta na sociedade moderna e fortalecida com a doutrina social da Igreja Católica, fundamentada na concepção de família como instituição natural, com a finalidade de procriação e formação de descendência.

O primeiro determinante clássico para a compreensão de família diz respeito às relações de consanguinidade e de filiação. Tem como base a procriação natural, como tipo de filiação mais comum, que ocorre de forma mais frequente nas famílias, de modo que se tornou mais aceita e legitimada na sociedade. Tradicionalmente, dentre as relações familiares, a relação entre pais e filhos - paternidade e maternidade - é compreendida como aquela “que estabelece o vínculo mais forte, onde as obrigações morais atuam de forma mais significativa” (SARTI, 2003, p. 73). Na família, as relações entre pais e filhos e entre irmãos constitui as relações humanas em que as obrigações são dadas a partir da consanguinidade, pois não existem possibilidades de escolha: os pais são as pessoas que são, assim como os filhos e os irmãos também.

Entretanto, ser pai ou mãe de um filho ou filha exige uma vinculação mais forte do que o de consanguinidade, pois não diz respeito apenas a procriação. O principal significado dessa relação está nos vínculos afetivos e na constituição de referências, que se efetivam através das responsabilidades dos pais para com os filhos, no que se refere ao atendimento integral das necessidades materiais e subjetivas. Assim, não podem existir relações significativas entre pais e filhos, se não houver a disposição dos pais para o desempenho de suas obrigações, para a efetivação dos papéis esperados

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

de pais/mães, das práticas de proteção e cuidados na vida cotidiana. São essas obrigações morais, que ultrapassam a expressão dos sentimentos e emoções da vida familiar e dão significado aos vínculos, de paternidade e maternidade, e permitem o desenvolvimento de relações socioafetivas entre pais e filhos.

No âmbito da família, as relações de consanguinidade, de pais e mães com seus filhos e destes com seus irmãos, continuam sendo determinantes para concepção de família, para a definição de quem faz parte da família e para o reconhecimento legal da paternidade e maternidade. Entretanto, a consanguinidade como condição para a filiação está experimentando um processo de alteração, pois existem outras formas de filiação, como a adoção e diversas maneiras de reprodução humana assistida. As relações entre pais, mães e filhos não são dissolvidas pelo divórcio ou pela separação dos pais, visto que são marcadas permanentemente pela filiação, que de antemão, implicam obrigações morais e legais dos pais para com os filhos. Independentemente da condição de os pais serem casados ou não, ou se um deles for consorte em outro casamento, o direito da criança ao reconhecimento de sua filiação é determinante.

O segundo determinante clássico para a construção de um conceito de família, corresponde aos padrões de sexualidade e conjugalidade. Refere-se aos costumes e normas socialmente aceitos e valorizados como certos, ou seja: a aliança entre um homem e uma mulher, que institui a formação de uma família através do matrimônio, mas somente será completa com o nascimento do(s) filho(s). O casal permanecerá unido até as etapas finais da vida, como condição para a garantia de uma vida conjugal harmoniosa e feliz, que possibilitará um ambiente adequado à criação exemplar dos filhos, como estratégia de proteção e orientação para o futuro da vida deles. Neste padrão social, a sexualidade no casamento deve ser exercida para fins de procriação da descendência, pois ele justifica, controla e reproduz a ordem moral e religiosa da sociedade e da própria família, que interioriza essa mesma ordem social.

Essa concepção conservadora de família associada aos processos de alteração da tradicional “família patriarcal” e da inclusão do amor romântico na formalização do casamento possibilitou a criação do mito da família ideal: a família

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



nuclear moderna, formada por um casal heterossexual e com filhos. Assim, a sociedade cria e estabelece um padrão institucional de família normal e moralmente aceita, a partir do qual são construídas expectativas sobre o que ela deveria ser: família certa, de bem e feliz. Essa concepção de família, representa um padrão burguês socialmente construído: a família deve ter origem no casamento, civil e religioso, procriando filhos, saudáveis, estudiosos, e com um futuro promissor. Nessa família, o homem é o provedor principal, marido e pai exemplar, com autoridade familiar; enquanto a mulher é esposa e mãe amorosa e protetora, responsável pelas tarefas do lar e pela educação dos filhos (SILVA, 2015). A vida social e práticas cotidianas dos integrantes desta família são controladas por ela, a partir de regras conservadoras e mecanismos disciplinadores, que geralmente são carregados de preconceitos e produtores de atitudes discriminatórias.

Convém esclarecer, que no processo de formação da sociedade brasileira a família sempre esteve centrada no casamento como condição para estabelecer as relações conjugais, como único instrumento reconhecido para a constituição de novas famílias, porém, esta exigência se manifestava privilegiadamente nas camadas mais favorecidas da sociedade (DURHAM, 1982, p. 43). Nas camadas mais empobrecidas, a formalização do casamento civil e/ou religioso não era uma prática muito comum, pois não era concebida como base moral ou legal para iniciar uma família. O que ocorria era “a predominância do concubinato, outras formas de uniões consensuais ou simples utilização sexual das mulheres [...], eximindo os homens da responsabilidade para com a prole” (DURHAM, 1982, p. 36). Nos dias atuais, permanecem as uniões informais e as concubinárias, mas, na maioria das vezes, a ausência do casamento penaliza mais ainda as mulheres, porque, geralmente, são elas que assumem sozinhas a proteção, guarda e todas as responsabilidades, desde o nascimento dos filhos.

O terceiro determinante clássico responsável pela criação da concepção de família é a coabitação, ou seja, é a condição da residência comum de todos aqueles que compõem o núcleo familiar na mesma casa ou domicílio. A dimensão da coabitação para a definição de família parece ter base na expressão do dito popular

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

“quem casa quer casa” ou na junção da palavra “casa” com o sufixo nominal “mento”, que significa uma o resultado de uma ação, fazendo alusão a atitude do casamento. Desse modo, a ideia de família conjugal é associada ao casamento e à convivência entre os cônjuges e os filhos dessa união no espaço físico de uma casa.

As pessoas do núcleo familiar constituem uma família e têm uma necessidade básica de moradia. A família é um grupo social complexo formado por pessoas. A casa é o lugar e a estrutura material onde geralmente as pessoas da família residem, e convivem. Portanto, a família não deve ser confundida com o domicílio. Porém, no nível do senso comum, existe uma identificação entre família e moradia, parecendo que todos que moram na mesma casa constituem uma família ou que são da família apenas as pessoas que moram na mesma casa. A partir dessa relação casa e família, foi construído socialmente o entendimento de que a moradia comum - debaixo do mesmo teto - seja um critério definidor da família para algumas políticas sociais.

Não é possível negar, que a moradia, casa ou estrutura similar de habitação seja uma necessidade humana básica para quaisquer famílias. Entretanto, no novo contexto societário os laços familiares entre as pessoas não estão limitados ao espaço físico da casa, ao fato de as pessoas coabitarem, pois o sentimento de família e a convivência familiar pode ocorrer entre pais/mães e filhos que residem em casas diferentes, não limitadas à exigência da coabitação cotidiana. Do mesmo modo, pessoas que moram na mesma casa nem sempre fazem parte da família, pois pode haver ausência de todos os outros indicadores para a constituição de uma família.

No atual contexto, os determinantes clássicos continuam existindo nas relações familiares, com autoridade moral, entretanto, estão passando por diversas flexibilizações e alterações em vários padrões sociais, de modo que estão perdendo poder e legitimidade, principalmente nos aspectos mais conservadores dos padrões, como na exigência do casamento como condição para iniciar as experiências sexuais. Neste processo, os novos determinantes passaram a ganhar destaque e afirmação no âmbito das famílias, da regulamentação dos direitos sociais e das políticas sociais direcionadas às famílias. Estas mudanças indicam que os determinantes clássicos

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

estão perdendo sua capacidade de imposição, porém, isso ocorre mais no âmbito das práticas familiares, de abertura inicial para as novas formas de viver em família, do que no âmbito da concepção de família, ainda fortemente idealizada.

No novo contexto societário, identificamos dois novos determinantes para a compreensão da família: a afetividade e a responsabilidade familiar. Eles não surgiram na história recente, mas ganharam relevância para caracterizar a família moderna. A afetividade diz respeito aos sentimentos inscritos nas interações sociais, como um instrumento da relação do sujeito com os outros no mundo, o que favorece uma troca, um estado de afinidade profunda entre os seres humanos, uma conexão e uma relação de reciprocidade. Assim, na interação afetiva com o outro, o sujeito intensifica sua relação consigo mesmo, observa seus limites ao mesmo tempo em que aprende a respeitar os limites do outro. É a vivência da afetividade no cotidiano das interações familiares que constrói o sentimento de pertença, o vínculo e a referência familiar para as pessoas que integram o grupo familiar, de qualquer idade e gênero.

Para alguns estudiosos sobre família, a solidariedade familiar é entendida como um dos novos determinantes para a concepção de família. Não concordamos, pois entendemos que o termo *solidariedade* traz um significado de ajuda humanitária e disposição para colaborar em situações em que as relações são mais amplas, inclusive entre pessoas desconhecidas. Diz respeito ao reconhecimento dos direitos dos outros indivíduos, grupos ou segmento populacional à dignidade humana. É uma relação de colaboração entre pessoas unidas por interesses comuns, pelo sentimento de obrigação moral de apoiar uns aos outros (HOUAISS, 2003, s/p) nas situações mais graves e complexas. Por exemplo, em situações de perdas significativas material e da vida humana, por calamidade pública ou pobreza extrema, etc.

Apesar do discurso da solidariedade familiar, nas situações particulares do cotidiano do grupo familiar, ela não dar conta das obrigações morais e legais entre as gerações de uma família, no atendimento das necessidades básicas das pessoas, em cada fase do ciclo vital, independente da situação de risco e de agravamento das vulnerabilidades. Essas necessidades requisitam o compromisso dos adultos com os

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

direitos das pessoas que integram o grupo familiar, como crianças, adolescentes e idosos. A responsabilidade familiar não se expressa apenas na forma de sentimentos, mas fundamentalmente através de práticas de acolhimento, de educação parental no cotidiano, de partilha, doação, apoio, proteção e cuidado - na dimensão material e imaterial - entre pais e filhos, entre irmãos, entre netos e avós. A responsabilização familiar diz respeito às expressões práticas da afetividade no âmbito da família.

Tomando como base os determinantes clássicos para concepção de família, na sociedade brasileira sempre existiu um modelo padrão de família, hegemônico, porém, em coexistência com outras formas de viver em família, devido as circunstâncias da vida real, como a viuvez, as separações e o nascimento de filhos sem a formalidade do casamento. No novo contexto, o surgimento de novas configurações familiares deve ser compreendido a partir do dinamismo da vida social, do processo de interação da família com as mudanças nos padrões religiosos, culturais, sociais e econômicos. Nesse movimento, a família passa a absorver novos conteúdos e orientações - no campo da sexualidade, conjugalidade e da filiação -, que põem em questão os padrões tradicionais e possibilitam mudanças significativas na família tradicional (família nuclear conjugal, heterossexual e com filhos consanguíneos).

Desde e 1990, as famílias brasileiras passaram a apresentar mudanças nas suas características, como por exemplo: a redução no tamanho médio das famílias e do número de filhos; a queda bastante acentuada do número de famílias conjugais tradicionais; o aumento significativo das famílias monoparentais, com predominância das mulheres como responsáveis; o aumento das famílias recompostas, a partir de separações, divórcios e novos casamentos; o aumento de pessoas que vivem sós, principalmente nos espaços urbanos (GOLDANI, 1994, p. 12). Na atualidade, a família não está mais limitada à tradicional forma nuclear e conjugal, mas apresenta um processo de reorganização e diversificação em suas configurações, de modo que não é mais coerente falar de família, mas de sim de “famílias”.

Neste processo de mudanças, coexistem na sociedade brasileira diferentes configurações familiares, tais como: famílias monoparentais, constituída por uma

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

peessoa adulta (que pode ser homem ou mulher), sem a participação de cônjuge, que assume sozinha a responsabilidade de criar e cuidar do(s) filho(s); famílias recompostas, compreendida por uma estrutura conjugal composta por um casal heterossexual, onde um ou ambos os cônjuges possuem filhos advindos de casamentos anteriores; famílias homoafetivas, quando a conjugalidade é composta por duas pessoas do mesmo sexo, com ou sem filhos; e famílias anaparentais, entendida pelo vínculo de convivência contínua, com obrigações domésticas recíprocas, estruturada entre pessoas com laços consanguíneos horizontais, como tios, sobrinhos, primos e irmãos, sem conjugalidade e sem a presença de um genitor ou genitora entre os integrantes (SILVA, 2015). Porém, o significado e importância da família não está na forma de sua configuração, mas sim na constituição de sua referência, no conteúdo e na qualidade das relações familiares desenvolvidas entre seus membros.

3 TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS: algumas considerações e desafios para a proteção social básica da Política de Assistência Social

No Brasil, desde a década de 1990, quando as medidas de ajuste neoliberais foram assumidas pelo governo FHC, de forma mais acentuada, as relações do Estado com a sociedade foram alteradas: favoreceu o setor privado com as privatizações e terceirizações; e enfraqueceu o setor público com alterações nas políticas sociais, tanto com redução de recursos quanto na forma de atuação e gestão, pela lógica da focalização e da parceria da sociedade civil na execução de programas e serviços sociais. Ao focalizar, o Estado direciona os gastos públicos para os grupos mais pobres e vulneráveis, ao mesmo tempo em que descuida da prestação de serviços universais básicos e preventivos, repassando parte de sua responsabilidade com a proteção social para a família e sua rede de apoio familiar. Desse modo, intensifica o processo de penalização das famílias, pois resultam em serviços e benefícios públicos insuficientes para a cobertura das necessidades das famílias mais empobrecidas e vulneráveis.

Ao estabelecer parcerias com outros setores da sociedade, o Estado parecer

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

favorável à democratização de poder na gestão pública, porém suas bases são neoliberais e dizem respeito ao pluralismo de bem-estar, que segundo Pereira (2006) “consiste na quebra da centralidade do Estado na provisão de bem-estar em favor do mercado e dos setores não governamentais e não mercantis”. O Estado partilha a sua responsabilidade de proteção social: com as organizações privadas de mercado, como prestadoras de serviços públicos; com as organizações da sociedade civil, caritativas e filantrópicas, como executoras de diversas ações de proteção social; e com a família, como primeira instância de proteção e cuidado dos seus membros.

Neste processo, ganha força a tese da importância da participação da família na efetivação das políticas sociais, reforçada pelo seu potencial protetivo. Para Pereira (2006), a família vem sendo redescoberta como um importante agente privado de proteção social, de forma que a maioria das políticas sociais prevêem medidas de apoio familiar. Nos discursos das políticas sociais, a família passou a ser destacada como público destinatário, como estratégia fundamental, e inclusive, como parceira para a execução dos seus programas e serviços. Desse modo, o Estado passou a adotar uma “solução familiar” ou “políticas familistas” como estratégia para promover a proteção social, o que foi denominado por De Martino (2001) de “neoliberalismo familiarista”, pois visa reduzir a demandas familiares por serviços públicos, desenvolver estratégias que promovam o fortalecimento das potencialidades protetivas da família, para que ela mesma garanta a proteção social que seus integrantes precisam.

Como política familista, a Política de Assistência Social, desde a LOAS de 1993, expressa nos seus objetivos um direcionamento para a família e aos seus segmentos. Depois, na PNAS de 1998, aparece pela primeira vez, como um dos princípios, a ideia da *centralidade na família para a concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos*. Na PNAS/2004 essa ideia ressurgiu de forma mais enfática, nas diretrizes e nos objetivos, ao afirmar que a política deve “assegurar que as ações, no âmbito da assistência social tenham *centralidade na família* [...]” (PNAS, 2004 p.34). No mesmo documento, a *Matricialidade Sociofamiliar*, como um dos eixos estruturantes do SUAS, apresentou indicativos para uma concepção de família.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A trajetória da família no processo de formulação da política avançou com a formulação dos serviços socioassistenciais, e de modo alcançou mais clareza com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Ele é o serviço mais importante Política de Assistência Social, de modo que é de responsabilidade exclusiva do CRAS e não pode ser realizado por uma organização não estatal. É o serviço responsável pela execução do trabalho social com família na proteção social básica do SUAS. Ele tem caráter estratégico e de articulação, pois é a partir deste serviço que as famílias são inseridas em outros serviços socioassistenciais, da proteção social básica ou especial, como também nos benefícios - de transferência de renda ou eventuais-, como também nos serviços das outras políticas sociais.

O PAIF tem por objetivo contribuir para a convivência de um conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade, a fim de proteger seus direitos, apoiar no desempenho de sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário (BRASIL, 2012b, p.15). O PAIF deve ter como fundamento para as suas ações o respeito às diversidades de configurações sociofamiliares presentes na sociedade, pois baseia-se no “no respeito à heterogeneidade dos arranjos familiares, aos valores, crenças e identidades das famílias” (BRASIL, 2012a, p. 57). Esse reconhecimento permite ao serviço tornar visíveis as famílias, indivíduos e segmentos que são afetadas por atitudes discriminatórias e devem trabalhar para a sua inclusão e proteção social.

O PAIF deve ser direcionado às famílias inseridas em contextos de risco social, que tenham laços comunitários ou familiares enfraquecidos e com reduzido acesso aos serviços públicos. De modo geral, as famílias e indivíduos que demandam atenção e a proteção social do serviço vivenciam situações de vulnerabilidades diversas, tais como: expropriação do seu local de origem, devido a conflitos fundiários ou impactos sociais e ambientais causados pela implementação de empresas; originadas de comunidades tradicionais; a mulher não conta com a presença e o apoio dos pais dos seus filhos; famílias que têm integrantes com deficiência e/ou idosos com doenças crônicas; vivenciam circunstâncias de extrema violência e situações de discriminação cultural,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



étnico-racial ou por deficiência, expressas na desigualdade de gênero, no racismo, na homofobia e em outras formas de desrespeito aos direitos; e famílias que desconhecem e/ou desrespeitam os direitos de suas crianças e adolescentes.

No âmbito do PAIF, o trabalho social com famílias significa um conjunto de procedimentos implementados por profissionais, por meio de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo. Ele tem por objetivo contribuir na e para a convivência de um conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade, a fim de proteger seus direitos, apoiar no desempenho de sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário (BRASIL, 2012b, p.15). O PAIF deve possibilitar a ampliação dos conhecimentos sobre a realidade das famílias território e evitar ações fragmentadas, pois deve consolidar a centralidade da família no SUAS.

O trabalho social com famílias desenvolvido pelo PAIF, deve ter caráter continuado, pois não deve ser interrompido pela gestão da política. A sua finalidade é o fortalecimento da capacidade protetiva das famílias que se encontram em situações de vulnerabilidade e risco social. Deve prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, mas também promover as possibilidades de acesso aos direitos de cidadania. Neste sentido, o PAIF se constitui num serviço de caráter familista.

As ações socioassistenciais com famílias realizadas pelo PAIF devem ser essencialmente educativas e apresentar três características fundamentais: o caráter preventivo, que se refere à redução e à prevenção das ameaças ao desenvolvimento das famílias; o caráter protetivo, que é relativo a garantia da promoção do acesso aos direitos, com a finalidade de apoiar e resguardar as famílias para que as situações de conflitos e de vulnerabilidades não sejam agravadas; e o caráter proativo, que diz respeito a um posicionamento ético e político dos profissionais da equipe de referência, do CRAS, pois consiste na capacidade de intervir, de modo antecipado, às possíveis demandas das famílias, a partir das situações vivenciadas (BRASIL, 2012a, p.11).

Compreender o significado do trabalho social com famílias no PAIF é essencial para promover um serviço de qualidade, fundamentado e respaldado no conhecimento

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

profissional, em princípios éticos e propósitos definidos. O trabalho social com família deve ser sistemático e expressar cientificidade, como ação reflexiva e com base em uma metodologia, visto que deve avançar na construção de novos conhecimentos. Através do trabalho social com famílias, o PAIF pretende atingir os seguintes objetivos:

[...] proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis. Tal objetivo materializa-se a partir do desenvolvimento de ações de caráter “preventivo, protetivo e proativo”, reconhecendo as famílias e seus membros como sujeitos de direitos e tendo por foco as potencialidades e vulnerabilidades presentes no seu território de vivência. (BRASIL, 2012b, p. 12)

Para pensar e realizar um trabalho social com famílias, nos termos como está definido no PAIF é necessário, de antemão, compreender que a família é demarcada por relações contraditórias, no seu interior e no seu entorno. Ela contém e recebe influência das contradições mais amplas da sociedade e, como parte desta, as expressa e reproduz no âmbito de suas relações internas, pois os conflitos podem ser demarcados por relações assimétricas, de desigualdade e poder: entre adultos e crianças, entre homens e mulheres; entre jovens e idosos, etc. Neste sentido, a família pode deixar de ser um refúgio seguro, um espaço de acolhida, cuidados e proteção, para ser violadora de direitos dos seus próprios integrantes.

A família continua sendo referência de proteção social para os seus membros, porém, contraditoriamente, ela também pode desenvolver no seu interior relações marcadas pela violação de direitos, através de formas diversas, como situações de violência doméstica, abuso sexual, negligência, violência física e psicológica e outros tipos de violação de direitos, geralmente contra a criança, o adolescente, a mulher, a pessoa idosa ou com deficiência. Por ocorrer no âmbito das relações familiares, a violência pode ser inculcada e naturalizada pelas vítimas, que por sua vez, pode: reproduzir a violência num processo circular e contínuo; ou ter dificuldade para quebrar o silêncio, formalizar a denúncia e buscar proteção social nas instituições competentes. Assim, concordamos com Mito (1997, p. 117) ao afirmar que “a família não é a priori o lugar de felicidade”, porque nem sempre ela é cuidadosa e protetora.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

4 CONCLUSÃO

Entendemos que a Política de Assistência Social, a partir de 2004, tomou a família como referência no seu processo de formulação, destacando as condições sociais de vida, e a situações dos vínculos familiares. No discurso dos documentos da Política, a família parece ter importância fundamental, pois passa a ser compreendida como foco central de atenção, mas não significa, necessariamente, que ela detenha a centralidade nesta política, pois ela não participa da definição dos direitos socioassistenciais, nem dos seus conteúdos, critérios de inserção ou estratégias de execução. A família não é chamada para deliberar sobre os programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais. Ela apenas é chamada para se inserir e participar, se a sua situação estiver de acordo com os critérios estabelecidos

Consideramos que, para realizar um trabalho social com família na proteção social básica do SUAS é necessário considerar as situações que atravessam a realidade das famílias: a ampliação do desemprego, da precarização do trabalho e do trabalho informal, de homens e mulheres; o acirramento das desigualdades sociais, principalmente nas condições de renda e de acesso ao trabalho remunerado; o aumento da pobreza e da extrema pobreza, sobretudo na periferia dos grandes centros urbanos; a violação dos direitos humanos e as diversidades, através do machismo, da homofobia e do racismo; o envolvimento de jovens e adolescentes com o crime organizado; o aumento da insegurança social e da violência nas cidades; a gravidez na adolescência; a permanência das assimetrias de gênero nas diferentes dimensões da vida social; as situações de agravamento das vulnerabilidades dos segmentos da família, como a criança, o adolescente, as pessoas idosas, com deficiência, com doenças crônicas e acamadas, o que exige mais proteção e cuidados por parte da família, resultando em sobrecarga de trabalho. Essas temáticas estão imbricadas na realidade das famílias que buscam os serviços e benefícios socioassistenciais, de modo que não devem ser pensadas sem que se busque a efetivação da

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

responsabilidade do Estado com a proteção social que deve ser direcionada as famílias, através das diversas políticas sociais instituídas formalmente como direitos.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. SNAS / SUAS. **Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF:** Trabalho social com família. Vol II . Brasília, DF: CNAS/SNAS, 2012.b

DURHAM, Eunice Ribeiro. **Família e casamento.** In: Encontro Nacional da ABEP, 3, 1982, São Paulo. Anais da ABEP. São Paulo: USP, 1982.

GOLDANI, Ana M. **As famílias brasileiras:** mudanças e perspectivas. **Cadernos de Pesquisa.** Fund. Carlos Chagas. Rev. de Estudos e Pesquisas em Educação, São Paulo, n. 91, nov. 1994.

KALOUSTIAN, Silvio M.; FERRARI, M. Introdução. In: KALOUSTIAN, Sílvio M. (org). **Família brasileira: a base de tudo.** São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1994.

MIOTO, R. C. Tomaso. A centralidade da família na Política de Assistência Social: contribuições para o debate. **Revista de Política Pública,** São Luís: EDUFMA, v. 8, n. 1, jan./jun. 2004.

MIOTO, Regina C.T. **Família, trabalho com famílias e Serviço Social.** Serviço Social Rev. Londrina, v.12, n.2, p. 163-176, jan. /Jun. 2010.

PEREIRA, Potyara A. P. **Mudanças estruturais, política social e papel da família:** crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. A (Ett All). C. (org.). Política Social, família e juventude: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.

PICHON-RIVIÈRE, E. **Teoria do vínculo.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.** 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, M.J. C. Jovino da. **A centralidade da família no discurso da política social brasileira:** imprecisões, continuidades e rupturas. Tese de Doutorado - Universidade Federal do Maranhão. PPGPP/UFMA, São Luís, 2015.

SILVA, M.J. C. Jovino da (ett all). **A proteção social brasileira:** expressões do Pluralismo de Bem-estar e do Familismo na Política de Assistência Social. In LIMA, C, C; (Ett All) (Orgs.) Políticas Públicas em Debate: temas e questões. São Luís, EDUFMA, 2021.

SPOSATI, Aldaiza. Especificidade e intersetorialidade da Política de Assistência Social. **Revista Social e Sociedade,** São Paulo, ano XXIV, n. 77, mar., 2004.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

GÊNERO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A INTERLOCUÇÃO COM A (NÃO) CONCESSÃO DA GUARDA COMPARTILHADA DO(A)S FILHO(A)S

Lorena Alves Silva¹

RESUMO

O trabalho mostra resultados parciais dos estudos realizados no âmbito do mestrado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA. Apresenta reflexões sobre gênero e a divisão sexual do trabalho e sua interlocução na definição ou não da guarda compartilhada dos filhos após a ruptura conjugal dos pais. Analisa as desigualdades de gênero e a construção social dos papéis sociais de homens e mulheres, que separou o que é trabalho de homem e trabalho de mulher, legitimou o trabalho do homem como de maior valor, justificando hierarquias na produção e reprodução social. Apresenta e analisa dados parciais obtidos na pesquisa a partir da análise das jurisprudências do Tribunal de Justiça do Maranhão nos anos de 2018 a 2020. Enfatiza que a guarda compartilhada pode representar uma estratégia para o enfrentamento das desigualdades de gênero.

Palavras-chave: Gênero; Divisão sexual do trabalho; Guarda compartilhada.

ABSTRACT

The work shows partial results of studies carried out within the scope of the master's degree in the Graduate Program in Public Policies at UFMA. It presents reflections on gender and the sexual division of labor and its interlocution in the definition or not of shared custody of the children after the parents' marital breakup. It analyzes gender inequalities and the social construction of the social roles of men and women, which separated what is men's and women's work, legitimizing men's work as having greater value. It presents and analyzes partial data obtained in the research from the analysis of the jurisprudence of Court of Justice of Maranhão in the years 2018 to 2020. It emphasizes that shared custody can represent a strategy for facing gender inequalities.

Keywords: Gender; Sexual division of labor; Shared custody.

¹ Tribunal de Justiça do Maranhão; Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA e analista judiciário-Assistente Social no Tribunal de Justiça do Maranhão; e-mail: lorenalvesilva@yahoo.com.br

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



1 INTRODUÇÃO

No presente trabalho apresentamos reflexões sobre gênero e sobre a divisão sexual do trabalho e sua interlocução na concessão ou não da guarda compartilhada dos filhos após a ruptura conjugal dos pais.

As reflexões aqui apresentadas foram desenvolvidas a partir de revisão bibliográfica e pesquisa documental e empírica que culminaram na dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão.

Tendo em vista o recorte metodológico escolhido para este ensaio, refletiremos sobre gênero e sobre a divisão sexual do trabalho como categorias teóricas de análise principais, sem desconsiderar a importância das demais, tais como: famílias, poder judiciário, crianças e adolescentes, maternidade e paternidade, as quais demarcadas como transversais, tornam este estudo ainda mais complexo em sua totalidade.

Iniciaremos este texto com uma breve exposição teórica sobre as desigualdades de gênero e a divisão sexual do trabalho como dimensões estruturantes da sociedade capitalista contemporânea, fundada nas relações sociais de opressão das mulheres, que naturaliza sua subalternização, visando aumentar cada vez a acumulação capitalista.

Em seguida, apresentaremos resultados parciais contidos na dissertação de mestrado que descortinou o entendimento do Judiciário maranhense acerca dos papéis sociais atribuídos aos homens e mulheres, a partir do gênero e da divisão sexual do trabalho na concessão ou não da guarda compartilhada de crianças. Concluímos com a premissa de que guarda compartilhada pode cooperar como uma estratégia para o enfrentamento das desigualdades existentes entre homens-pai e mulheres-mãe relativas aos cuidados com os filhos.

PROMOÇÃO



APOIO





2 GÊNERO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E AS POSSÍVEIS REPERCUSSÕES SOBRE A (NÃO) CONCESSÃO DA GUARDA COMPARTILHADA DE CRIANÇAS

Na recusa de qualquer naturalização das relações de gênero, as conexões aqui estabelecidas são entendidas como um processo histórico de práticas e saberes em relação ao feminino, por meio de concepção diferenciada entre os sexos, em que o feminino tende a ser tratado consoante os interesses dominantes, resultando na produção de desigualdades entre homens e mulheres.

Dessa forma, para além de entender gênero como uma categoria analítica, é também entender como uma categoria histórica, pois, o gênero é socialmente construído. Saffioti (2013, p. 15) adotou o conceito de gênero radicalmente associado ao de patriarcado e imbricando-o às relações sociais de classe e raça, dotando-o de materialidade. A autora afirma que é preciso considerar “sexo e gênero uma unidade, uma vez que não existe sexualidade biológica, independente do contexto social em que é exercida”.

Acerca do conceito de gênero, Saffioti (2013, p. 16) diz ainda que:

[...] o conceito de gênero pode representar uma categoria social, histórica, se tomando em sua dimensão meramente descritiva, ainda que seja preferível voltar à velha expressão de sexo. Uma das razões, porém, do recurso ao termo gênero foi, sem dúvida, a recusa do essencialismo biológico, a repulsa pela imutabilidade implícita em ‘a anatomia é o destino’, assunto candente naquele momento histórico.

Acerca das teorias feministas cujo desejo é construir uma sociedade igualitária, sob o ângulo de gênero, Saffioti (2015, p. 148) alerta que:

Não se trata de abolir o uso do conceito de gênero, mas de eliminar sua utilização exclusiva. Gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro. Exatamente em função de sua generalidade excessiva, apresenta grande grau de extensão, mas baixo nível de compreensão.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Cisne (2018, p. 77, grifo da autora) corrobora com esse pensamento quando afirma que:

[...] além de polissêmico, mais palatável, ou pretensamente neutro e de não nomear explicitamente os sujeitos das relações sociais de sexo, o conceito de gênero, por vezes, possibilita um distanciamento do sujeito político **mulher** e de suas lutas, circunscrevendo-se no chamado 'feminismo acadêmico'. É, portanto, um conceito cujo conteúdo, se apartado das relações sociais de classe e 'raça', e da luta pela erradicação das explorações e opressões daí decorrentes, pouco oferece como 'arma da crítica'.

Nessa perspectiva, compreendemos que gênero, classe e raça na medida em que hierarquizam e segmentam opressões contra as mulheres, são dimensões consubstanciais e coextensivas, tanto baseadas nas conceituações de Kergoat (2009); quanto nas proposições de Saffioti (2015, p. 133, grifo nosso):

O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas e enoveladas ou enlaçadas em um nó [...]. Não que cada uma destas contradições atue livre e isoladamente. No **nó**, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade, presidida por uma lógica contraditória. (SAFFIOTI, 2015, p. 133).

Portanto, nossa compreensão é que gênero comporta a heterogeneidade em sua composição, em seus comportamentos e práticas, pois, nesta sociedade contemporânea as relações de gênero, mesmo hierarquizadas, verticalizadas, de cunho androcêntrico, não podem ser pensadas a partir da perspectiva de binarismos, de dualidades, de tradicionais dicotomias que confrontam mulheres e homens.

Da mesma maneira, a despeito da precarização e a divisão sexual do trabalho em que mostra a vulnerabilidade crescente do emprego feminino e do lugar subordinado das mulheres nas instâncias de decisão, Hirata (2009, p. 29) aponta que, de modo mais geral, importa analisar

[...] a situação particular das mulheres no trabalho assalariado contemporâneo, as quais usufruem (mesmo que isso deva ser modulado conforme as categorias sociais e os contextos nacionais) de uma maior autonomia e mais liberdade no casal e na família devido à sua maior

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



independência econômica, ocupam uma minoria significativa de empregos executivos e de profissões intelectuais superiores, embora sejam, ao mesmo tempo, majoritariamente mais vulnerabilizáveis e menos legítimas do que homens no espaço profissional.

Nesta sociedade, tanto homens quanto mulheres são educados com aprendizados que os diferenciam socialmente em grupos sexuais com papéis e atitudes naturalizados como de homem e de mulher. Historicamente, fazemos analogias de que meninas são doces e amáveis, enquanto meninos são fortes e corajosos. A naturalização de divisões sexuais de brincadeiras, comportamentos e subjetividades é fundamental em uma socialização voltada para a divisão sexual do trabalho, para ocupação dos espaços públicos e para a aceitação do que é permitido ou não na sociedade.

Ao estudar as novas configurações da divisão sexual do trabalho, Hirata e Kergoat (2007) situam seu referencial teórico para conceituar a divisão sexual do trabalho como a forma de divisão de trabalho decorrente das relações sociais de sexo; mais que isso, é um fator prioritário para sobrevivência dessas relações. As configurações da divisão sexual do trabalho têm como características a designação dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva ao mesmo tempo que os homens se apropriam das funções com maior valor social adicionado (espaços públicos, políticos, religiosos etc.). Para as estudiosas, essa forma particular de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores:

[...] o princípio da separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem 'vale' mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. [...] Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a 'papéis sociais' sexuais que remetem ao destino natural da espécie. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Em seus trabalhos de pesquisa concentrados na França, Japão e Brasil, Hirata e Kergoat (2007) afirmam que o termo divisão sexual do trabalho, a partir da análise da realidade da França, dá-se de duas formas diferentes: de um lado, diz respeito à distribuição diferente de homens e mulheres no mercado de trabalho, com variações

PROMOÇÃO



APOIO





no tempo e no espaço e, de outro, como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos.

Outros estudos de Hirata (2015) apontam que as políticas neoliberais, a externalização da produção e a diminuição dos serviços públicos em contexto de crise capitalista produzem consequências desiguais sobre as condições de trabalho conforme o sexo do trabalhador, por esse motivo a autora afirma que:

A divisão sexual do trabalho remete ao conceito ampliado de trabalho, que inclui o trabalho profissional e doméstico, formal e informal, remunerado e não-remunerado. Nós postulamos a indissociabilidade entre divisão sexual do trabalho, divisão sexual do saber e divisão sexual do poder. (HIRATA, 2015, p. 4).

Neste sentido, as responsabilidades tradicionais das mulheres pela educação das crianças estruturam mercados de trabalho desvantajosos para as mulheres, resultando em um poder desigual no mercado econômico que, por sua vez, reforça o poder desigual na família. Em seus estudos comparativos sobre o Brasil e a França, Hirata (2015) aponta que a prevalência das mulheres no exercício do trabalho doméstico é um dos pontos de convergência entre os países, sendo que na França, cerca de 70% deste trabalho é realizado por mulheres. No Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020), em 2018, as mulheres dedicaram, em média, 21,3 horas por semana com afazeres domésticos e cuidados de pessoas, o dobro do realizado pelos homens, conforme pesquisa feita pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD).¹

As tarefas domésticas permanecem sob a responsabilidade direta ou indireta das mulheres, seja por meio da dupla jornada de trabalho (trabalho extradomiciliar e domiciliar), seja pelo cumprimento de sua obrigação em dar conta do trabalho de casa mediante ajuda de uma substituta no período de sua ausência, que pode ser uma trabalhadora doméstica, uma filha mais velha, a avó, uma vizinha etc., evidenciando as desigualdades entrelaçadas por gênero, classe e raça.

A “centralidade do trabalho e das relações sociais” observadas nessa sociedade capitalista, sobretudo no interior das relações familiares, direciona nosso

¹ A pesquisa pode ser acessada no suplemento “*Outras Formas de Trabalho*”, divulgada em 24 de abril de 2019, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020).

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

olhar para a compreensão de que a família é um espaço complexo e contraditório, pois por vezes idealizado como espaço de proteção e afeto, também pode se revelar como lugar de opressão, onde o trabalho da mulher é invisibilizado e gratuito, aumentando assim, sua exploração.

Dessa maneira, os cuidados e responsabilidade dos filhos pela mulher nada mais são do que parte integrante do trabalho doméstico e desvalorizado realizado pela mulher, indispensável à lógica de acumulação capitalista. Portanto, a manutenção da lógica de que a mulher-mãe é mais preparada para assumir unilateralmente a guarda dos filhos é a continuidade da exploração e dominação das mulheres pelos homens

3 A JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO SOBRE A GUARDA COMPARTILHADA E AS INTERFACES COM A QUESTÃO DE GÊNERO NOS ANOS 2018 A 2020: discussão dos dados iniciais

A palavra jurisprudência é um termo jurídico que expressa um conjunto de decisões dadas a partir das interpretações das leis já existentes, feitas pelos tribunais superiores. Para Rocha (2000), a interpretação jurisprudencial desempenha um papel fundamental acerca da função mediadora do Estado frente as classes sociais em sociedade. E afirma:

A questão hermenêutica é relevante porque a jurisprudência, enquanto decisão de juízes e tribunais, dá significação às leis, estabelece limites para sua interpretação e para os atos do Estado. Consequentemente, os efeitos dessas interpretações serão obstaculizadores ou favorecedores do atendimento das demandas e do avanço dos direitos e da proteção social. Assim, fica claramente demonstrada a impossibilidade do isolamento do Judiciário em relação à sociedade e ao Estado e a dimensão política de suas funções. (ROCHA, 2000, p. 115).

Em que pese a aplicação da guarda compartilhada e sua relação com a questão de gênero, o Judiciário maranhense apresenta contradições no que diz

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



respeito ao teor das decisões proferidas pelos desembargadores entre as Câmaras Cíveis, sobre matéria congênere.

Em face dessas controvérsias, compartilhamos parte da análise dos dados coletados na pesquisa sobre a Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Maranhão em processos de guarda compartilhada de crianças em que foram percebidos aspectos próprios das desigualdades de gênero e da divisão sexual do trabalho.

A respeito da composição do Plenário do Tribunal de Justiça, formado por 30 desembargadores, inclui cinco mulheres, o que corresponde a 16,66% das cadeiras. A desembargadora Cleonice Freire foi a óbito no ano de 2020, a qual, durante esta pesquisa, ocupou a vaga na 3ª Câmara Cível. Entre os juízes de primeiro grau, o número de mulheres é mais expressivo: são 118 do sexo feminino, o que representa 34%. No quadro geral de servidores, existem 2.698 mulheres, o que equivale a 48,7% do total (MARANHÃO, 2013).

Vale destacar que o Brasil tem hoje 1,5 mil desembargadores distribuídos em 27 tribunais de Justiça. Desse total, porém, apenas 20% são mulheres. Enquanto 1,2 mil julgadores são homens, apenas 298 são do sexo oposto. O número mostra a desproporção em relação à população brasileira, que é exatamente dividida entre os gêneros (composição de gênero da população brasileira, segundo o IBGE) (GRILLO, 2017). O único Tribunal de Justiça que tem mais desembargadoras é o do Pará, com 14 julgadoras contra 11 julgadores. Já a maior desproporção vem do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), que tem 26 mulheres atuando na segunda instância, de um total de 357 pessoas.

A história da inserção das mulheres nos quadros do Poder Judiciário brasileiro segue a tendência histórica de segregação de gênero nas profissões, sendo que há cerca de 50 anos o público feminino atravessa campo minado para alcançar postos da Justiça. Contudo, há indicação de alguns avanços no que diz respeito aos dados quantitativos, pois, de tímidos 11% na década de 1990 a presença feminina na área do Direito saltou alcançou os 30% no início de 2012, segundo dados do Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais, publicados pela Revista Veja (MARANHÃO, 2013).

PROMOÇÃO



APOIO



Ressaltamos que as Câmaras Cíveis são competentes para julgar e processar as matérias relacionadas ao Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme a redação do Art. 20 do Regimento Interno do TJMA (MARANHÃO, 2021).

Vimos na pesquisa realizada que três Câmaras Cíveis possuem uma composição mista, sendo dois desembargadores e uma desembargadora e uma Câmara Cível composta por três desembargadoras. Esse cenário nos possibilita perceber que, apesar da tentativa de equilibrar a composição das Câmaras, a maioria é Câmaras mistas, os homens continuam sendo maioria a ocupar os cargos de tomada de importantes decisões nos espaços públicos, portanto, assim como no Judiciário Brasileiro, na Corte Maranhense, não se dá de forma diferente. A Tabela 1 apresenta a composição por sexo das câmaras cíveis e a quantidade de processos analisados na pesquisa:

Tabela 1 – Composição por sexo das Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e o quantitativo de processos analisados sobre Guarda Compartilhada, nos anos de 2018 a 2020

CÂMARAS CÍVEIS	COMPOSIÇÃO POR SEXO	PROCESSOS JULGADOS
1ª Câmara 3ª Câmara 6ª Câmara	2 homens e 1 mulher	10
4ª Câmara 5ª Câmara	3 homens	04
2ª Câmara	3 mulheres	01

Fonte: Elaborada pela autora a partir de pesquisa realizada no JurisConsult do Tribunal de Justiça do Maranhão, em 2020.

Importante ressaltar que, ao ser distribuído o processo ao relator, este elabora seu voto e leva para apreciação aos demais membros da Câmara. Em nossa pesquisa, apuramos que dos 15 processos analisados, apenas duas tiveram desembargadoras como relatoras, sendo que ambas foram favoráveis à guarda compartilhada.

No que diz respeito ao quantitativo de processos solicitantes de alteração de guarda compartilhada, vejamos a Tabela 2:

Tabela 2 – Demonstrativo dos processos, solicitantes para alteração de guarda dos filhos, impetrados por pai ou mãe, no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, para Guarda Compartilhada e Unilateral, entre os anos 2018 a 2020

SOLICITAÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE GUARDA	MÃE	%	PAI	%	TOTAL
PARA GUARDA COMPARTILHADA	05	38,47%	08	61,53%	13
PARA GUARDA UNILATERAL	01	50%	01	50%	02
SUB-TOTAL	06	40%	09	60%	15

Fonte: Elaborada pela autora a partir de pesquisa realizada no JurisConsult do Tribunal de Justiça do Maranhão, em 2020.

A Tabela 2 demonstra, de modo objetivo, o cenário dos pedidos de alteração de guarda impetrados pelo pai e pela mãe, tanto para a guarda compartilhada quanto para a guarda unilateral, junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. As informações acima mostram que 61,53% dos pedidos realizados para alteração de guarda foi de iniciativa do pai. Das 15 solicitações feitas, 13 delas foram a alteração de guarda unilateral para a guarda compartilhada, o que nos permite deduzir, a partir desses dados, que ainda existe o predomínio de homologações judiciais, ao menos em primeira instância, de guarda unilateral a favor da mãe.

Esses resultados sugerem que, embora a lei tenha avançado no campo legal da ordem e a jurisprudência abra precedentes para que seja feito de forma contrária, prevalece ainda a mentalidade conservadora dos operadores do direito e/ou a manutenção de equívocos relacionados à própria guarda compartilhada.

Observamos que esses resultados vão de encontro ao que está previsto no ordenamento jurídico e acrescido da Recomendação nº 25, de 22 de agosto de 2016, do Conselho Nacional de Justiça, a qual recomendou aos juízes das Varas de Família que, ao decidirem sobre a guarda, considerassem a guarda compartilhada como regra e, ao decretar guarda unilateral, que o juiz justificasse a impossibilidade de aplicação da guarda compartilhada (BRASIL, 2016).

Para a jurista Dias (2017), os fundamentos da guarda compartilhada são de ordem constitucional e psicológica, visando basicamente garantir o interesse da prole.

A autora menciona ainda que:

A participação no processo de desenvolvimento integral leva à pluralização das responsabilidades, estabelecendo verdadeira democratização de sentimentos. Indispensável manter os laços de afetividade, minorando os efeitos que a separação sempre acarreta nos filhos, conferindo aos pais o exercício da função parental de forma igualitária. (DIAS, 2017, p. 550).

Entretanto, a normatização legal trazida sugere não ser suficiente para assegurar o tão esperado sadio e equilibrado desenvolvimento emocional, psíquico e social dos filhos, visto que o homem-pai é quem recorre a justiça para solicitar a alteração da guarda dos filhos de unilateral para compartilhada, dado que, em nossa pesquisa vimos que prevalece o quantitativo de homem-pai solicitantes.

Na demanda em que um dos pais reivindica a guarda do filho, constando para o juiz que ambos demonstram condições de tê-lo em sua companhia, este deve determinar a guarda conjunta. Nesse sentido, vimos que o Tribunal de Justiça do Maranhão, na maioria dos recursos protocolados trazidos à baila pela pesquisa realizada, acompanha a uniformidade na doutrina e na jurisprudência, que em caso de ruptura conjugal ambos os pais estão a priori habilitados à criação e educação de seus filhos, consoante demonstrado na Tabela 3:

Tabela 3 – Quantidade de processos e de decisões judiciais sobre Guarda Compartilhada e Unilateral, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, nos anos 2018 a 2020

TIPO DE GUARDA	NÚMERO DE DECISÕES JUDICIAIS POR TIPO DE GUARDA			%
	Pai	Mãe	Total	
GUARDA COMPARTILHADA	11		11	73,3%
GUARDA UNILATERAL	01	25%	04	26,7%
	03	75%		
TOTAL DE PROCESSOS	15		15	100%

Fonte: Elaborada pela autora a partir de pesquisa realizada no JurisConsult do Tribunal de Justiça do Maranhão, em 2020.

PROMOÇÃO



APOIO

A Tabela 3 demonstra o quantitativo de decisões atribuídas para a guarda compartilhada e para a guarda unilateral. Percebemos que a maioria das decisões judiciais foi favorável à guarda compartilhada em 73,3% das decisões analisadas. Entendemos que essa elevação decorre não somente da aprovação da lei em 2014 como também da Recomendação nº 25, de 22 de agosto de 2016, do Conselho Nacional de Justiça, o que favorece um entendimento mais inovador e aberto ao judiciário maranhense, o qual avança para decisões mais próximas da realidade das famílias maranhenses.

No que diz respeito à quantidade de processos e de decisões judiciais relativas à guarda compartilhada no âmbito do Tribunal de Justiça do Maranhão vimos que os desembargadores têm cada vez mais se aproximado da regra, ao determinar a guarda conjunta entre os pais, como é possível visualizar na Tabela 4:

Tabela 4 – Quantidade de processos e de decisões judiciais sobre Guarda Compartilhada, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, nos anos 2018 a 2020

ANO	TOTAL DE PROCESSOS	RESULTADOS FAVORÁVEIS À GUARDA COMPARTILHADA
2018	03	02
2019	08	05
2020	04	04
TOTAL	15	11

Fonte: Elaborada pela autora a partir de pesquisa realizada no JurisConsult do Tribunal de Justiça do Maranhão, em 2020.

A Tabela 4 expressa a quantidade de processos analisados por ano, também aqueles que resultaram em guarda compartilhada, o que corresponde a 73,3% dos processos. Percebemos que nos últimos três anos houve uma evolução no crescimento de ações judiciais que determinaram a alteração de unilateral para compartilhada ou manutenção da guarda compartilhada. Lembramos que o ano de 2020 foi um ano atípico na vida de todos os brasileiros e maranhenses em virtude da

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



pandemia da Covid-19, quando o Poder Judiciário do Maranhão teve suas atividades suspensas em março de 2020, passando a trabalhar remotamente. Dessa forma, entendemos que o quantitativo de recursos agravados diminuiu em virtude dessas dificuldades, contudo, vimos que 100% das decisões judiciais foram favoráveis à guarda compartilhada. Esses valores revelam um avanço na compreensão da lei para as pessoas que vivenciam a separação ou divórcio, pois buscou-se resguardar o exercício conjunto da responsabilidade e cuidados dos filhos.

3 CONCLUSÕES

A reprodução da vida social envolve construções coletivas sobre o modo de vida cotidiano, sobre quem tem a primazia de tomar decisões, de que maneira, sobre quem recai e quão igualitárias essas decisões podem ser, o que reflete na forma como homens e mulheres compartilham as dinâmicas da vida doméstica e dos cuidados com os mais vulneráveis, especialmente com os filhos.

A igualdade entre mulheres e homens pressupõe uma mudança radical nas relações no âmbito doméstico e familiar, para isso é essencial o enfrentamento dos mecanismos de renovação e/ou inovação da opressão das mulheres. Para tanto, deslocar o cuidado do âmbito doméstico para a esfera pública pode representar uma estratégia de luta, fortalecendo assim lutas coletivas, em especial, dos movimentos feministas.

É preciso realçar a construção de possibilidades mais igualitárias de provimento dos cuidados com os filhos, o que contribuirá para que os homens possam realizar suas responsabilidades na execução da guarda dos filhos, possibilitada também pela guarda compartilhada.

A pesquisa mostrou que, no geral, o judiciário maranhense ainda atua sobre as questões de gênero, família, guarda de filhos, de maneira muitas vezes descontextualizada no que diz respeito às novas configurações familiares, às mudanças que se processam na vida das mulheres, casadas ou não, às atribuições

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

desempenhadas pelo homem e pela mulher no âmbito da família, carecendo de uma visão mais ampla e progressista para atender à realidade das famílias maranhenses.

A pesquisa empírica revelou que, nos 15 processos analisados, 13 deles foram impetrados solicitando alteração de guarda unilateral para guarda compartilhada, sendo que oito desses pedidos realizados foi de iniciativa do homem-pai, o que nos permite dizer, a partir desses números, que o homem-pai é quem mais demanda do judiciário a guarda compartilhada e que ainda existe um predomínio de homologações judiciais, em primeira instância, de guarda unilateral a favor da mãe.

Acerca das decisões, a pesquisa mostrou que, nos 15 processos analisados, apesar da maioria das decisões terem sido pela guarda compartilhada, alcançando um total de 11, a guarda unilateral é ainda é uma opção bastante aplicada também pelos desembargadores, sendo que das quatro decisões favoráveis à guarda unilateral, três delas foram concedidas à mãe.

Podemos concluir, a partir desses resultados consistentes, que a visão ainda predominante da guarda unilateral como mais adequada para o atendimento das necessidades dos filhos é baseada na divisão rígida de papéis sociais atribuídos a mulheres e a homens, quais sejam mulheres voltadas para o cuidado da casa e dos filhos, e homens como provedores. Assim as mulheres continuam assumindo a maior parte das responsabilidades pelos filhos, quer morando junto com seus companheiros, quer conjugalmente separadas deles.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Recomendação nº 25, de 22 de agosto de 2016**. Recomenda aos Juízes que atuam nas Varas de Família que observem o disposto na Lei nº 13.058/2014, nos termos que especifica. Brasília, DF: CNJ, 2016. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3065>. Acesso em: 21 jun. 2023.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 12. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



GRILLO, Brenno. Desembargadoras representam 20% da composição dos tribunais de Justiça. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 8 mar. 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-mar-08/desembargadoras-representam-20-composicao-tjs>. Acesso em: 10 mar. 2020.

HIRATA, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Dossiê Gênero, Família e Globalização**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 24-41, jan./jun. 2009.

HIRATA, Helena. **Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa**. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil, 2015. (Análise, 7).

HIRATA, Helena; KERGOT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, Helena (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

MARANHÃO. Tribunal de Justiça. **Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão**. São Luís: TJMA, 2021. Disponível em: https://novogerenciador.tjma.jus.br/storage/arquivos/resolucoes_2021/e6225c0c9c40cac28a6116de833550f8.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.

MARANHÃO. Tribunal de Justiça. A trajetória do TJMA em dois séculos de história. **TJ em Revista**, São Luís, ano 3, n. 6, p. 1-80, nov. 2013. (Especial 200 anos).

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. O Judiciário como sujeito do processo das políticas públicas: função social e papel político. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 4, n. 1/2, p. 97-120, jan./dez. 2000.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classe: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Outras formas de trabalho**: 2019. Rio de Janeiro: IBGE/Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2020.

PROMOÇÃO



APOIO

